

I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ITAJAÍ 2022-2025

DELIBERAÇÕES DA
V CONFERÊNCIA MUNICIPAL
DE SAN, COMSEA E CAISAN

PLANO DE AÇÃO
INTERSETORIAL



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



CAISAN
Câmara Municipal Intersetorial de
Segurança Alimentar e Nutricional





I PLAMSAN

I Plano Municipal de Segurança
Alimentar e Nutricional de Itajaí
2022-2025

PREFEITO MUNICIPAL DE ITAJAÍ

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

VICE-PREFEITO

MARCELO SODRÉ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NEUSA MARIA VIEIRA GERALDI

PRESIDENTA CAISAN

ELINIA DA SILVA MATEUS MARSANGO

SECRETÁRIA EXECUTIVA CAISAN

EDNÉIA DA SILVA JOÃO DE ÁVILA



Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí - CAISAN

Gestão 2019-2021

Presidente - Elinia da Silva Mateus Marsango

Secretaria Executiva - Ednéia da Silva João de Ávila

Pleno Colegiado

Secretaria Municipal de Assistência Social - Elinia da Silva Mateus Marsango

Secretaria Municipal de Assistência Social - Iolanda Candida Corrêa Cabral

Secretaria Municipal de Saúde - Alessandra Monestel

Secretaria Municipal de Saúde - Regina Willrich Palm

Secretaria Municipal de Educação - Clara Telles dos Santos

Secretaria Municipal de Educação - Daniela Pereira Stocher

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Giovani Félix

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Jonathan Claudio Kleis

Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana - Vanessa Minsky Bononi

Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana - César Reinhardt



Comitê Técnico do I PLAMSAN de Itajaí

Elinia da Silva Mateus Marsango - Secretária Municipal de Assistência Social

Juliana Vargas de Oliveira - Secretária Municipal de Assistência Social

Iolanda Candida Corrêa Cabral - Secretária Municipal de Assistência Social

Christianne Belinzoni de Carvalho - Secretária Municipal de Agricultura e Expansão Urbana

Vanessa Minsky Bononi - Secretária Municipal de Agricultura e Expansão Urbana

Fernanda Rocha França Burity Levone - Secretária Municipal de Educação

Clara Telles dos Santos - Secretária Municipal de Educação

Daniela Pereira Stocher - Secretária Municipal de Educação

Giovani Félix - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

Alessandra Monestel - Secretária Municipal de Saúde

Graziela de Luca Strehl - Secretária Municipal de Saúde

Regina Willrich Palm - Secretária Municipal de Saúde

Cristiane Santini Seara - Secretária Municipal de Saúde

Clarissa Camozzato Belin- Fundação Municipal de Esportes

Jamilli Girardi - Instituto Itajaí Sustentável

Elen Cristina Soares Neves - Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano

Nádia Regina Mota - Secretária Municipal de Promoção da Cidadania

Juliano da Costa - Secretária Municipal de Promoção da Cidadania

Tatiana Angélica de Godoy - Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura

Fabiola Santos Gaya - 17ª Agência de Desenvolvimento Regional

Colaboradores do I PLAMSAN de Itajaí

Gabriela Maria Natividade - Nutricionista Residente na Secretaria de Assistência Social

Rafaela dos Santos Dilly - Estagiária de Nutrição na Secretaria de Assistência Social

Gabriela Vieira - Estagiária de Nutrição na Secretaria de Assistência Social

Bruna de Borba - Estagiária de Nutrição na Secretaria de Assistência Social

Fabiana Muller - Estagiária de Nutrição na Secretaria de Assistência Social

Heloizy de Fátima Teixeira da Silva - Estagiária de Nutrição na Secretaria de Assistência Social

Isabelly Moraes da Rocha - Estagiária de Nutrição na Secretaria de Assistência Social

Gabrielle Augustha dos S. Maciel - Estagiária de Nutrição na Secretaria de Assistência Social

Fábio Luiz Felício - Presidente da Cooperativa de Produtores Rurais de Itajaí

Luciane Santos Schmitt - Secretária Municipal de Assistência Social

Rubens Francisco Menon - Secretária Municipal de Assistência Social

Mario Sílvio Azevedo - Secretária Municipal de Saúde

Carlos Alberto da Silva - Secretária Municipal de Saúde

Roseli Weber Pinto - Secretária Municipal de Saúde

Otília Pereira - Secretária Municipal de Saúde

Natiane M. C. Alves - Secretária Municipal de Saúde

Rodrigo Silveira - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

Daniela Barbeta Mente - Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí

Gracimere Rocha - Secretária Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude

Venita Teressinha Beulke - Secretária Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude

Valmir Vitorino Junior - Secretária Municipal de Aquicultura e Pesca

Fábio Augusto Campelo - Secretária Municipal de Aquicultura e Pesca

Diego Aparecido Amâncio - Secretária Municipal de Agricultura e Expansão Urbana



Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí - COMSEA

Gestão 2019-2021

Presidente - Elen Cristina Soares Neves

Vice-Presidente - Rafaela dos Santos Dilly

Secretaria Executiva - Elinia da Silva Mateus Marsango e Iolanda Candida Corrêa Cabral

Representantes Governamentais

Secretaria Municipal de Assistência Social - Elinia da Silva Mateus Marsango

Secretaria Municipal de Assistência Social - Juliana Vargas de Oliveira (*in memoriam*)

Secretaria Municipal de Assistência Social - Iolanda Candida Corrêa Cabral

Secretaria Municipal de Saúde - Alessandra Monestel

Secretaria Municipal de Saúde - Graziella de Luca Strehl (até Jul/20)

Secretaria Municipal de Saúde - Regina Willrich Palm (a partir Jul/20)

Secretaria Municipal de Educação - Regina Willrich Palm (até Jul/20)

Secretaria Municipal de Educação - Clara Telles dos Santos (a partir Jul/20)

Secretaria Municipal de Educação - Fernanda Rocha França Burity Levone (até Jul/20)

Secretaria Municipal de Educação - Daniela Pereira Stocher (a partir Jul/20)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Giovani Félix

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Nilson José de Borba (até Jul/20)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Jonathan Claudio Kleis (a partir Jul/20)

Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana - Christianne Belinzoni de Carvalho (até Jul/20)

Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana - Vanessa Minsky Bononi (a partir Jul/20)

Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana - César Reinhardt



Representantes Não-Governamentais

Ordem dos Advogados do Brasil - Irani Simões Dias

Ordem dos Advogados do Brasil - Gabriela Souza Miranda (até Jul/20)

Ordem dos Advogados do Brasil - Jerusa Ternes (a partir Jul/20)

Núcleo de base do CRESS - NUCRESS - Elen Cristina Soares Neves

Núcleo de base do CRESS - NUCRESS - Carli Verona Carneiro (até Out/20)

Núcleo de base do CRESS - NUCRESS - Savana de Souza Rocha (a partir Out/20)

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - Taren Beatriz Ferreira Leite de Oliveira

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - Eloysa Nezello

Associação dos Funcionários da UNIVALI - AFUVI - Tatiana dos Santos Silva Antônio

Associação dos Funcionários da UNIVALI - AFUVI - Luciana Miranda da Silva de Souza

ONG Vidas Recicladas - Casa das Anas - Roberta da Rocha Raimundo (até Jul/20)

ONG Vidas Recicladas - Casa das Anas - Karla Maria Rosa Paulo (a partir Jul/20)

ONG Vidas Recicladas - Casa das Anas - Graziela Ecco (até Jul/20)

ONG Vidas Recicladas - Casa das Anas - Paula Carolina Corciare Borges (a partir Jul/20)

Comunidade Terapêutica - SOS Vida Jovem - Queoma Lemos

Comunidade Terapêutica - SOS Vida Jovem - Lucas Voigt Nunes

Associação das Pessoas Portadoras de Doenças Inflamatórias Intestinais - Rafaela dos Santos Dilly

Associação das Pessoas Portadoras de Doenças Inflamatórias Intestinais - Suzana Cristina Grignani Bueno Matiello (até Nov/20)

Associação das Pessoas Portadoras de Doenças Inflamatórias Intestinais - Natasha Emanuela Perin (a partir Nov/20)



Representantes Não-Governamentais

Associação de Amparo às Pessoas com Câncer - AAPC - Andréa Perpétuo Maciel da Costa

Associação de Amparo às Pessoas com Câncer - AAPC - Alessandra Hunecke Lara (até Jul/20)

Associação de Amparo às Pessoas com Câncer - AAPC - Vilson Felício Cipriano (a partir Jul/20)

Associação Ação em Saúde - Márcia Gilmara Marian Vieira

Associação Ação em Saúde - Jocimar Fischer

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Indústrias de Carnes e Derivados de Itajaí e Região - SITIAI - Oswaldo Mafra

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Indústrias de Carnes e Derivados de Itajaí e Região - SITIAI - Jonas da Silva



LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características gerais do município de Itajaí.....	18
Quadro 2	Produção agrícola no município de Itajaí.....	20
Quadro 3	Renda per capita das famílias inscritas no Cadastro Único em Itajaí em agosto de 2020.....	23
Quadro 4	Dados de extrema pobreza no município de Itajaí.....	23
Quadro 5	Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no município de Itajaí.....	23
Quadro 6	Número de Notificações de Desnutrição Grave em residentes de Itajaí, 2020 e 2021.....	47
Quadro 7	Prevalência de hipertensão na população itajaiense em 2020, separada por sexo.....	49
Quadro 8	Prevalência do diabetes na população itajaiense em 2020, separada por sexo.....	49
Quadro 9	Prevalência do diabetes na população itajaiense em 2020, diferenciada por sexo e número total de casos nos anos de 2018, 2019 e 2020.....	49
Quadro 10	Mortalidade infantil em crianças menores de 1 ano de idade em Itajaí em 2014.....	49
Quadro 11	Síntese do IGD em agosto de 2019.....	56
Quadro 12	Número de beneficiários do BPC no município de Itajaí em setembro de 2018.....	57

LISTA DE SIGLAS

AMFRI	Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
CAE	Conselho de Alimentação Escolar do Município de Itajaí
CAISAN	Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social de Itajaí
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí
CONSEA SC	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CRN 10	Conselho Regional de Nutricionistas 10ª Região
CVI	Câmara de Vereadores de Itajaí
DAS	Diretoria de Atenção à Saúde
DIVS	Diretoria de Vigilância Sanitária
DVE	Diretoria de Vigilância Epidemiológica
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FMEL	Fundação Municipal de Esportes
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INIS	Instituto Itajaí Sustentável
PEMI 2040	Planejamento Estratégico do Município de Itajaí 2040
SAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEAGRU	Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
1.1	LOCALIZAÇÃO.....	16
1.2	HISTÓRIA.....	16
1.3	CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS.....	18
1.4	ECONOMIA.....	18
1.5	TERRITÓRIO E AMBIENTE.....	19
2	INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL..	20
2.1	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	20
2.1.1	Produção agrícola.....	20
2.1.2	Agricultura familiar.....	21
2.1.3	Produção pesqueira.....	21
2.2	RENDA.....	22
2.2.1	Cadastro Único para Programas Sociais.....	22
2.2.2	Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional (MapalNSAN).....	24
2.3	SAÚDE.....	24
2.3.1	Atenção Nutricional na rede pública de saúde.....	25
2.3.2	Vigilância Alimentar e Nutricional.....	27
2.3.3	Dados do SISVAN em Itajaí.....	29
2.3.3.1	Crianças de 0 a 5 anos.....	29
2.3.3.2	Crianças de 5 a 10 anos.....	31
2.3.3.3	Adolescentes.....	33

SUMÁRIO

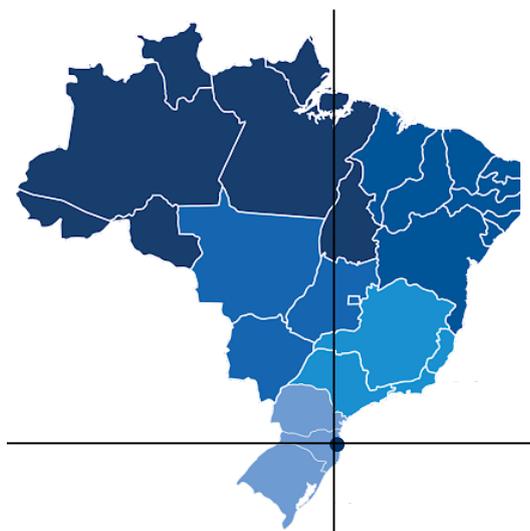
2.3.3.4	Adultos.....	36
2.3.3.5	Gestantes.....	39
2.3.3.6	Idosos.....	42
2.3.4	Estratégia Amamenta Alimenta Brasil.....	44
2.3.5	Vigilância Sanitária.....	45
2.3.6	Vigilância Epidemiológica.....	46
2.3.6.1	Desnutrição Grave.....	47
2.3.6.2	Doenças diarreicas.....	48
2.3.6.3	Prevalências de enfermidades.....	48
2.3.6.4	Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).....	49
2.4	EDUCAÇÃO.....	50
3	SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN).....	51
3.1	ESTRUTURAÇÃO DO SISAN NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.....	51
3.2	PROGRAMAS E AÇÕES SEGUNDO AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAN.....	52
3.2.1	Políticas de promoção do acesso universal à alimentação.....	52
3.2.1.1	Programa Auxílio Brasil.....	52
3.2.1.2	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.....	55
3.2.1.3	Índice de Gestão Descentralizada.....	55

SUMÁRIO

3.2.1.4	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).....	57
3.2.1.5	Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.....	57
3.2.1.6	Agricultura Urbana.....	58
3.2.1.7	Alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	58
3.2.2	Políticas de incentivo à produção e à comercialização da agricultura familiar.....	59
3.2.2.1	Agricultura familiar no PNAE.....	59
3.2.2.2	Promoção da produção orgânica e agroecológica.....	60
3.2.3	Políticas de SAN voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais.....	60
3.2.3.1	Programa Bolsa Família para Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs).....	60
3.2.3.2	Bolsa Verde.....	61
3.2.4	Políticas de Educação Alimentar e Nutricional.....	61
3.2.5	Políticas de promoção do acesso à água.....	62
3.2.5.1	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água.....	62
3.2.5.2	Abastecimento de água nas escolas.....	62

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 LOCALIZAÇÃO



A cidade de Itajaí está localizada no litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina, junto à foz do Rio Itajaí-Açu. A cidade encontra-se em uma região estratégica do território catarinense, do ponto de vista geográfico, considerando a logística atual (COSTA VERDE & MAR, 2020). Localizada na margem direita do maior rio do estado, situada a 9 metros de altitude, Itajaí tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 26° 54' 30" Sul, Longitude: 48°39' 45" Oeste (CIDADE-BRASIL, 2020).

1.2 HISTÓRIA

A história se inicia a partir de uma formação étnica diversificada, da cultura indígena associada às contribuições de imigrantes de diversas etnias. O próprio nome da cidade, que já recebeu diversas variações, é herança dos índios tupi-guaranis, que já chamaram a cidade de “Táahy”, “Tajay”, “Tajahug”, “Jatahy” e “Itajaí”, que significa o rio das pedras.

O Tratado de Tordesilhas, que foi estabelecido entre Espanha e Portugal em 1494, contribuiu para a ocupação do homem branco nas terras de Itajaí. No acordo, ficou estabelecido que, nos limites do Tratado, as terras do litoral catarinense até Laguna, no Sul do estado, pertenceriam a Portugal. Sendo assim, as primeiras ocupações portuguesas tinham como principal objetivo defender essas terras de invasores estrangeiros e, a partir do século 17, a atividade de exploração de minas de ouro e pedras preciosas trouxe mais interessados em ocupar as margens do rio Itajaí-Açu.

Um dos primeiros colonizadores foi João Dias de Arzão, um paulista interessado em minas de ouro e outros metais preciosos pelo interior do Brasil. Por este motivo, ele requereu e obteve uma sesmaria, às margens do rio Itajaí-Açu, para construir uma moradia. Arzão era conhecido do fundador de São Francisco do Sul, Manuel Lourenço de Andrade, que em 1658 trouxe também toda a família para trabalhar na extração de ouro no local.

João Dias, porém, não tinha a intenção de fundar uma póvoa, nem mediu esforços para isso. Sem sucesso na extração do metal precioso, passou a viver às margens da foz do rio Itajaí-Mirim. Naquele momento, os grupos indígenas, Botocudos, os Tapuias e Carijós, ocuparam as terras que posteriormente seriam tomadas pelos colonizadores.

Quase cem anos se passaram e, em 1750, houve a chegada dos primeiros imigrantes da Ilha da Madeira e Arquipélago dos Açores, dando um novo impulso à colonização portuguesa. Em 1777, a invasão de uma esquadra espanhola na Ilha do Desterro, atual Florianópolis, provocaria a saída das comunidades luso-açorianas para o norte, da então Capitania de Santa Catarina.

No século 18, a extração de madeira era a maior atividade econômica desenvolvida nas terras de Itajaí, contribuindo para o ajuntamento de moradores açorianos, que foram se estabelecendo por toda a região. Em 1820, a farta quantidade deste recurso natural motivou a chegada de Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que tinha apenas 25 anos de idade. Esse momento é um marco na história da colonização de Itajaí, pois foi quando se iniciou a distribuição de terras, construção de ruas e praças.

Estudos históricos relatam que a vocação pesqueira em Itajaí surgiu ainda neste período do Brasil Colônia, quando em 1820 D. João VI enviou famílias de pescadores tradicionais portugueses da cidade de Ericeira para colonizar o litoral de Santa Catarina.

No século 19, o comércio ganhou destaque entre os moradores, pois o povoado local mantinha contato com outras vilas do litoral catarinense. Em uma dessas atividades de mercado, Agostinho Alves Ramos, um comerciante português, chegou pela primeira vez à foz do rio Itajaí-Açu, onde em 1823 se estabeleceu com sua mulher, Ana Maria Rita. Agostinho era sócio de uma casa comercial em Desterro, e solicitou ao bispo do Rio de Janeiro a criação de um curato. O pedido resultou na criação do Curato do Santíssimo Sacramento de Itajahy e a construção da Igreja da Imaculada Conceição, conhecida como Igrejinha Velha.

O Distrito de Itajaí nasceu em 1833, e em 15 de junho de 1860 alcançou a condição de município. Ainda neste ano, já se encontravam estabelecidos os primeiros colonos de origem germânica, os quais também influenciaram fortemente o desenvolvimento na região. Mais tarde, imigrantes japoneses integraram a rica miscigenação cultural deste município catarinense (ITAJAÍ, 2020).

Itajaí é uma cidade de riquezas históricas, culturais e tradicionais. Parte da história, que foi preservada, pode ser observada nos traços da arquitetura trazida pelos imigrantes portugueses, alemães e italianos, que contribuíram para sua colonização. A cidade

mantém a tradição das festas típicas, que durante o ano oferecem gastronomia, cultura e entretenimento aos habitantes e também aos turistas.

1.3 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Para a realização de um diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional, o primeiro passo é conhecer as características gerais da população do município, seu recorte urbano/rural, raça/cor e de pobreza. Os dados populacionais dos censos demográficos, realizados a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são obtidos por meio de levantamento em todos os domicílios do Brasil, possibilitando conhecer as características das diversas populações e sua distribuição territorial.

As características gerais do município, segundo o IBGE (2010; 2020) e o Núcleo de Estudo de Economia Catarinense - NECAT (2020), estão descritas no quadro 1.

Quadro 1 Características gerais do município de Itajaí.

Indicador	Valor/quantidade
IDHM (2010)	0,795
DHM renda (2010)	0,778
IDHM longevidade (2010)	0,884
IDHM educação (2010)	0,730
População estimada (2020)	223.112 pessoas
População no último censo (2010)	183.373 pessoas
População urbana	173.452 pessoas
População rural	9.921 pessoas
População branca	154.245 pessoas
População parda	21.056 pessoas
População preta	7.192 pessoas
População amarela	690 pessoas
População indígena	190 pessoas

Fonte: IBGE, 2010; 2020/ NECAT, 2020.

1.4 ECONOMIA

Desde os seus primórdios, a cidade tem uma forte ligação com a navegação. Hoje o município conta com um dos maiores complexos portuários do país. O Porto de Itajaí é

o segundo porto do país em movimentação de cargas em contêineres, e também o maior exportador de carnes congeladas do Brasil. O município encontra na atividade portuária seu maior provedor econômico, conciliando também atividades industriais, comerciais, acadêmicas e turísticas, com suas praias e belezas naturais.

Já na pesca, Itajaí possui mais de 650 embarcações de pesca industrial, nas mais diversas modalidades de captura, e com cerca de 40 indústrias de pescados congelados, Itajaí é responsável por 55% do mercado nacional de pesca sendo o maior porto pesqueiro do Brasil e a Capital Nacional da Pesca. A cidade também é referência em tecnologia, inovação e qualidade na pesca, contribuindo como o segundo PIB de Santa Catarina (PREFEITURA DE ITAJAÍ, 2020).

1.5 TERRITÓRIO E AMBIENTE

Itajaí tem um território de 289,215 km². Apresenta 88,6% de domicílios com saneamento básico adequado, 33,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 79,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparamos estes quesitos com os demais municípios do estado, o município ocupa as posições 27º de 295, 172º de 295 e 3º de 295, respectivamente (IBGE, 2010).

2 INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Este capítulo do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí (I PLAMSAN) tem por finalidade apresentar um conjunto de dados e indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que possa auxiliar o município na construção de um diagnóstico da situação local, subsidiando a elaboração do PLAMSAN e a gestão das políticas de SAN.

2.1 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE a cada dez anos, investiga os estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas, obtendo informações detalhadas sobre as características do produtor e do estabelecimento, bem como sobre a economia e o emprego no meio rural, no que diz respeito à agricultura, pecuária e agroindústria.

2.1.1 Produção agrícola

De acordo com o último Censo Agropecuário, realizado em 2017, o município de Itajaí apresentava 41 estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar.

A pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), realizada pelo IBGE em 2019 e 2020, obtém informações sobre área plantada e colhida, quantidade, rendimento médio e valor da produção, relativas a produtos de cultura temporária e permanente, tendo como unidade de coleta os municípios.

No quadro 2, são apresentados dados da produção municipal, segundo a PAM 2019, de alguns dos alimentos mais consumidos pelos brasileiros.

Quadro 2 Produção agrícola no município de Itajaí.

Quantidade produzida	Toneladas
Arroz	15.000
Feijão	6
Mandioca	2.800
Batata doce	82
Melancia	360

Fonte: IBGE 2019; 2020.

2.1.2 Agricultura familiar

De acordo com o último Censo, realizado em 2017, o município de Itajaí apresentava 318 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, tendo 259 produtores masculinos, 54 femininos e 5 nos quais não informaram (IBGE, 2017).

A Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana de Itajaí, atua em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Patrulha Mecanizada, Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e o Centro Administrativo.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Agricultores, em parceria com a EPAGRI, possui um projeto chamado Mulheres do Campo, que trata de temas como “Saúde Emocional pós pandemia” e “Valorização das mulheres”. No ano de 2021, obteve 50 participantes do sexo feminino.

Outro projeto é a Produção de Plantas Bioativas e Nutracêuticas, em parceria com a EPAGRI, tendo 3 UD de produção de plantas bioativas e nutracêuticas, com espécies como *Moringa oleífera*, *Cúrcuma zedoaria*, *Mikania glomerata* e *Pereskia aculeata*.

Também possuem o projeto “Quintais”, que possui 10 unidades demonstrativas de produção de frutíferas, também em parceria com a EPAGRI.

2.1.3 Produção pesqueira

Atualmente, existem no município 3 (três) Centros de Abastecimento de Pescados, conhecidos como Mercados do Peixe, tendo ao todo, 36 boxes de pescados em funcionamento.

Além dos boxes, há o Programa Peixe nos Bairros, coordenado pela Diretoria Executiva de Pesca, e tem por finalidade facilitar o acesso e incentivar a comunidade a consumir pescados, como forma de ter uma alimentação com inclusão de proteína mais saudável. Funciona com o Caminhão do Peixe, veículo refrigerado adaptado para funcionar como uma peixaria móvel, no qual atende de 35 a 40 pontos, mensalmente, em diversos bairros de Itajaí, aceitando 3 (três) formas de pagamento, sendo cartão de crédito, débito e dinheiro.

No ano de 2018 a média de venda de pescados em todo município foi cerca de 650 toneladas, e no ano de 2019, uma média de 700 toneladas.

A Produção pesqueira no município de Itajaí é acompanhada pelo Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina (PMAP-SC), que é conduzido pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) desde 2016.

A pesca industrial no município de Itajaí, no ano de 2019, foi de 36.428.120 kg, além da pesca artesanal que capturou cerca de 172.070 kg no mesmo ano (PMAP-SC, 2019).

2.2 RENDA

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, do ano de 2020, o trabalhador itajaiense recebe em média de 2,9 salários mínimos, o que representa por base R\$ 3.030,50 (três mil e trinta reais e cinquenta centavos). A proporção de pessoas empregadas em relação à população total é de 48%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupa a posição 8ª de 295. Já na comparação com cidades do país todo, fica na posição 176ª de 5.570. Considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 26,2% da população estão nessas condições. Segundo o Censo de 2019, publicado pelo IBGE, o PIB per capita é de R\$ 128.522,07.

2.2.1 Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

É o principal instrumento para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado, obrigatoriamente, para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros programas sociais. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais.

Podem se inscrever no Cadastro Único:

- Famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa;
- Famílias com renda mensal total de até três salários mínimos;
- Famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

No município de Itajaí, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em agosto de 2020, era de 11.421, o que corresponde a 28.396 pessoas. A renda per capita destas famílias estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 3 Renda per capita das famílias inscritas no Cadastro Único em agosto de 2020.

Renda per capita familiar	Número de famílias
Até R\$ 89,00 por pessoa	3.717
Entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa	1.542
Entre R\$ 178,01 e ½ salário mínimo por pessoa	2.796
Acima de ½ salário por pessoa	3.366

Fonte: Ministério da Cidadania, 2020.

O Cadastro Único possui dados mais atualizados em relação à vulnerabilidade social das famílias no município, se comparado aos dados de extrema pobreza, disponibilizados pelo IBGE (2010), demonstrados no Quadro 4.

Quadro 4 Dados de extrema pobreza no município de Itajaí.

População em extrema pobreza	Nº de habitantes	% da população em extrema pobreza
População total em extrema pobreza	1.617	0,9
População urbana em extrema pobreza	1.556	0,8
População rural em extrema pobreza	61	0,0

Fonte: Ministério da Cidadania, 2020.

Em relação aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), inseridos no Cadastro Único em agosto de 2020, a distribuição de famílias pertencentes aos GPTEs no município, está descrita no Quadro 5.

Quadro 5 Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no município de Itajaí.

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos	Nº de famílias
Famílias ribeirinhas	1
Famílias de pescadores artesanais	2
Famílias de agricultores familiares	5
Famílias com pessoa presa no sistema carcerário	7
Famílias de catadores de material reciclável	69
Famílias em situação de rua	387

Fonte: Ministério da Cidadania, 2020.

2.2.2 Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional (MapaINSAN)

O MapaINSAN é um estudo, elaborado pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário em 2014, que consiste na realização do mapeamento das famílias incluídas no Cadastro Único, nas quais ainda persiste a insegurança alimentar e nutricional, considerando o índice de desnutrição de crianças menores de 5 anos acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.

Para classificação dos municípios foi utilizado o método estatístico denominado “Análise de Cluster ou análise de agrupamentos”, cujo objetivo foi reunir os municípios em grupos, a partir dos índices de *déficit* de altura para idade e *déficit* de peso para idade das crianças beneficiárias do PBF menores de 5 anos, onde cada grupo possui um perfil significativamente homogêneo dentro dele e significativamente heterogêneo entre si.

Assim, foram classificados como vulneráveis apenas os municípios com média de *déficit* de altura para idade igual ou superior à média para o Brasil em 2014, ou seja, 10,1%. A classificação da vulnerabilidade foi dividida em três níveis: muito alta, alta e média. Os municípios com média de até 13,1% foram classificados como média vulnerabilidade. Já os municípios com média de até 20% foram classificados como alta vulnerabilidade e os com média superior a 32,2% foram classificados como muito alta vulnerabilidade. Já os municípios com média abaixo de 10,1% foram excluídos da análise.

De acordo com o MapaINSAN, cujo ano de referência é 2014, o município de Itajaí possui média de *déficit* de altura para idade, das crianças beneficiárias do PBF menores de 5 anos, abaixo de 10,1% e, por esse motivo, não entrou na análise de vulnerabilidade.

Importante destacar que os cortes para classificação dos níveis de vulnerabilidade para os GPTEs são outros, quais sejam: os municípios com média até 15,7% foram classificados como média vulnerabilidade; os com média de até 25,6%, como alta vulnerabilidade; e os com média superior a 48%, como de muito alta vulnerabilidade. Os municípios com média abaixo de 10,1% foram excluídos da análise.

Dessa forma, se restringirmos a análise às famílias pertencentes aos GPTEs, o município de Itajaí possui média de *déficit* de altura para idade, das crianças beneficiárias do PBF menores de 5 anos, abaixo de 15,7% e, por esse motivo, não entrou na análise de vulnerabilidade.

2.3 SAÚDE

O município de Itajaí contempla a seguinte estrutura na rede pública de saúde:

- 57 equipes de Estratégia de Saúde da Família, compostas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde;

- 32 Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- 11 Centros de Referência;
- 2 UPA;
- 1 Laboratório Municipal;
- 1 Farmácia Municipal.

2.3.1 Atenção Nutricional na rede pública de saúde

O quadro de nutricionistas na Secretaria Municipal de Saúde no município de Itajaí contempla:

- 1 Nutricionista como responsável pelo Serviço de Nutrição;
- 7 Nutricionistas que trabalham nas Unidades como Referência por região;
- 2 Nutricionistas no CRESCEM;
- 1 Nutricionista no CTEA;
- 1 Nutricionista para pacientes acamados;
- 2 Nutricionistas na Vigilância Epidemiológica;
- 2 Nutricionistas na Vigilância Sanitária.

A equipe de Nutrição do município de Itajaí realiza, aproximadamente, 537 consultas nutricionais por mês e 6.444 ao ano. Quanto às visitas domiciliares são realizadas, mensalmente, 48 visitas e 576 ao ano. Ademais, são feitas 2 atividades de Educação Alimentar e Nutricional por mês e 24 atividades no ano.

O diagnóstico nutricional é uma importante ferramenta para planejamento e monitoramento das ações de SAN no município, refletindo manifestações físicas de acesso aos alimentos.

No município de Itajaí, para acesso ao atendimento com a nutricionista, o indivíduo (adulto ou criança) precisa passar, primeiramente, por uma consulta médica em uma Unidade de Saúde, com posterior encaminhamento a nutricionista de referência de acordo com o descrito abaixo:

- Adultos com obesidade, diabetes, hipertensão, colesterol elevado, câncer ou com indicação de uso de suplemento alimentar e gestantes que não são de alto risco.
- Crianças com desnutrição moderada sem processo alérgico ou com obesidade, diabetes, hipertensão, colesterol elevado, câncer ou com uso de suplemento alimentar.
- Acamados (restritos ao leite) com indicação de dieta por sonda.

Os pertencentes a esses grupos citados são encaminhados para as Unidades Básicas de Saúde Cidade Nova II, Dom Bosco e Imaruí, sendo que devem apresentar o encaminhamento médico ou da enfermeira da Unidade Básica de Saúde proveniente.

Por outra via, crianças com desnutrição grave/muito baixo peso ou gestantes de alto risco recebem o encaminhamento para o Centro de Referência da Criança e da Mulher (CRESCEM), sendo atendidos com a apresentação do encaminhamento médico ou enfermeira das Unidades Básicas de Saúde.

No quadro de crianças com processo alérgico (alimentar), o médico da UBS faz o encaminhamento ao médico especialista do Centro Médico de Referência São Judas, que também realiza o encaminhamento de pacientes para o Programa Fórmula Infantil Especializada para, posteriormente, receberem o atendimento da nutricionista no CRESCEM. Faz-se necessário apresentar os seguintes documentos: certidão de nascimento, caderneta de vacinação, RG do responsável, comprovante de residência ou contrato de aluguel e cartão do SUS.

Aos pacientes acamados com dieta por sonda, cabem a estes na alta hospitalar o familiar encaminhar a equipe de nutrição do hospital os seguintes documentos no CODIM: cópia do RG, CPF, comprovante de residência e cartão nacional do SUS, receita da nutricionista ou médico do hospital com laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamento (s) da Secretaria do Estado e procurar a equipe da Unidade Básica de Saúde de Referência do paciente.

Em casos que o paciente esteja sem o prontuário a Equipe de Saúde deve verificar se o paciente reside na área de abrangência e o enfermeiro ou coordenador deverá ser o responsável pelo paciente e os documentos se já foram entregues ao CODIM e encaminhar e-mail para nutricao.sms@itajai.sc.gov.br com título: PACIENTE ACAMADO e o seguinte conteúdo: Número G-MUS, nome do paciente, data de nascimento, causa do uso de dieta via sonda, endereço, telefone e nome do enfermeiro (a) responsável pelo paciente. E realizar uma Comunicação Interna ao almoxarifado para cadastro do paciente com seguinte conteúdo: Nome do paciente, solicitação de insumos descartáveis, xerox de comprovante de residência, RG e nome do enfermeiro (a) responsável pelo paciente.

As fórmulas serão encaminhadas para a UBS conforme cronograma de entrega do almoxarifado. Somente no ano de 2018, 43 pacientes acamados foram beneficiados com o suplemento e 48 com dieta enteral. No ano seguinte 42 pacientes foram beneficiados com suplemento e 69 com dieta enteral. E através das nutricionistas foram acompanhados além dos demais casos em 2018 outros 54 pacientes foram beneficiados com fórmulas, e em 2019 outros 70 pacientes.

As famílias que estão em casos de vulnerabilidade devem ser encaminhadas para o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), para ser verificada a possibilidade de ser fornecido algum benefício social, como Cartão Social (municipal), Bolsa Família (federal) ou outros benefícios.

2.3.2 Vigilância Alimentar e Nutricional

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada pela Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999, é uma declaração do compromisso do Ministério da Saúde com a erradicação dos problemas relacionados à falta de alimentos e à pobreza, principalmente a desnutrição infantil e materna, e também o sobrepeso e a obesidade na população adulta (COUTINHO *et al.*, 2009).

Os propósitos desta política são: assegurar a qualidade dos alimentos disponíveis para o consumo, promover práticas alimentares saudáveis, prevenir e combater os distúrbios nutricionais, e estimular relações intersetoriais a fim de disponibilizar o acesso universal aos alimentos. Uma das diretrizes da PNAN prevê o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população, que é realizado através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (COUTINHO *et al.*, 2009).

O acompanhamento de saúde e do estado nutricional das famílias é realizado pelas Unidades Básicas de Saúde em cada município e estes dados são monitorados pelo SISVAN, que é um sistema de informação em saúde do Ministério da Saúde. Neste contexto, a Atenção Primária em Saúde (APS) se constitui em um *locus* privilegiado de informações, para que se possam gerar políticas públicas no avanço da promoção da alimentação adequada e saudável (RECINE, VASCONCELLOS, 2011; BRASIL, 2013).

A vigilância nutricional é realizada com o emprego do método antropométrico, aplicável em todas as fases dos ciclos de vida, baseada na mensuração de:

- Variações físicas;
- Composição corporal global, permitindo a classificação de indivíduos e grupos segundo seu estado nutricional.

Desta forma, diagnósticos individuais podem ser agregados permitindo diagnósticos coletivos e o perfil nutricional de grupos populacionais. Os dois principais objetivos do SISVAN são:

- Monitorar a situação nutricional de grupos populacionais (por ciclos de vida) de acordo com características definidas (como sexo, raça/cor, escolaridade, público beneficiário do Programa Bolsa Família);

- Subsidiar ações para a promoção da saúde e alimentação saudável, prevenção e controle de agravos nutricionais.

No Brasil, assim como em diferentes partes do mundo, a epidemiologia sempre foi parte do movimento da saúde pública e da saúde coletiva, uma vez que utiliza métodos quantitativos para estudar a ocorrência de doenças nas populações humanas, auxiliando na definição de estratégias de prevenção e controle. Atualmente, entre as principais aplicações da epidemiologia, estão o diagnóstico da situação de saúde em determinada localidade, o planejamento e organização dos serviços de saúde, a investigação das causas das doenças e a determinação de riscos e das probabilidades de adoecer (RECINE, VASCONCELLOS, 2011; BARATA, 2013).

Em posse destes dados, é possível estabelecer estratégias e planejar políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base as práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, que venham a corroborar com a melhoria dos resultados encontrados, e conseqüentemente, refletir na melhoria da qualidade de vida da população (WOLF, BARROS, 2014; MACHADO, 2017).

A população brasileira, nas últimas décadas, experimentou grandes transformações sociais que resultaram em mudanças no seu padrão de saúde e consumo alimentar. Essas transformações acarretaram impacto na diminuição da pobreza e exclusão social e, conseqüentemente, da fome e escassez de alimentos, com melhoria ao acesso e variedade dos gêneros alimentícios, além da garantia da disponibilidade média de calorias para consumo. Entretanto, a diminuição da fome e da desnutrição veio acompanhada do aumento acelerado do sobrepeso e da obesidade em todas as camadas da população, apontando para um novo cenário de problemas relacionados à alimentação e nutrição (RECINE, VASCONCELLOS, 2011; BRASIL, 2013).

Pode-se afirmar que o conhecimento do estado nutricional tem papel estratégico na reorganização da assistência dos serviços de saúde locais e na elegibilidade das ações realizadas. Dados e informações sobre estado nutricional, consumo alimentar e morbidade, gerados rotineiramente na dinâmica do atendimento pessoal, podem ser aplicados imediatamente na população atendida. Além do uso pessoal e local, essas informações também subsidiam políticas e medidas de intervenção coletiva nos níveis de gestão municipal, estadual e nacional, e servem como sensor de eficácia das ações de promoção e planos de intervenção em saúde e nutrição. Em suma, conhecer o perfil

nutricional é o primeiro passo para pensar e propor soluções. Conhecer a realidade de cada local certamente tornará as ações de alimentação e nutrição, de saúde e de SAN mais oportunas e promissoras (BARROS *et al.*, 2013).

2.3.3 Dados do SISVAN em Itajaí

A seguir serão apresentados os dados do estado nutricional da população de Itajaí acompanhada pelo SISVAN nos anos de 2009 e 2019, conforme os seguintes ciclos de vida:

- Crianças de 0 a 5 anos;
- Crianças de 5 a 10 anos;
- Adolescentes;
- Adultos;
- Idosos;
- Gestantes.

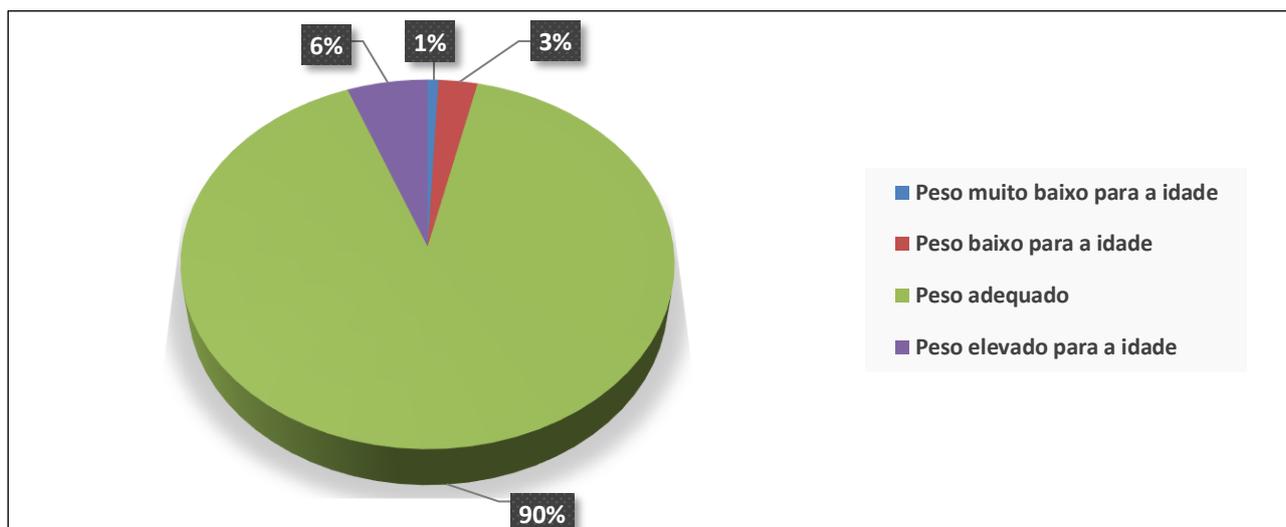
As informações de Itajaí foram comparadas com os dados de Santa Catarina, da Região Sul e do Brasil, a fim de conhecer a realidade da transição nutricional, ocorrida no município na última década, visando o efetivo planejamento das políticas públicas municipais de SAN. Estes dados foram obtidos por meio dos Relatórios Públicos do SISVAN Web, disponíveis no site do Ministério da Saúde.

2.3.3.1 Crianças de 0 a 5 anos

Para avaliação do estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos, utilizou-se as curvas de crescimento propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), previstas no guia “Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em Serviços de Saúde”, considerando os indicadores de peso e idade (BRASIL, 2011).

Em 2019, foi observado que 90,65% das crianças acompanhadas estavam com o peso dentro da normalidade e 5,8% estavam com o peso elevado para a idade, conforme gráfico a seguir.

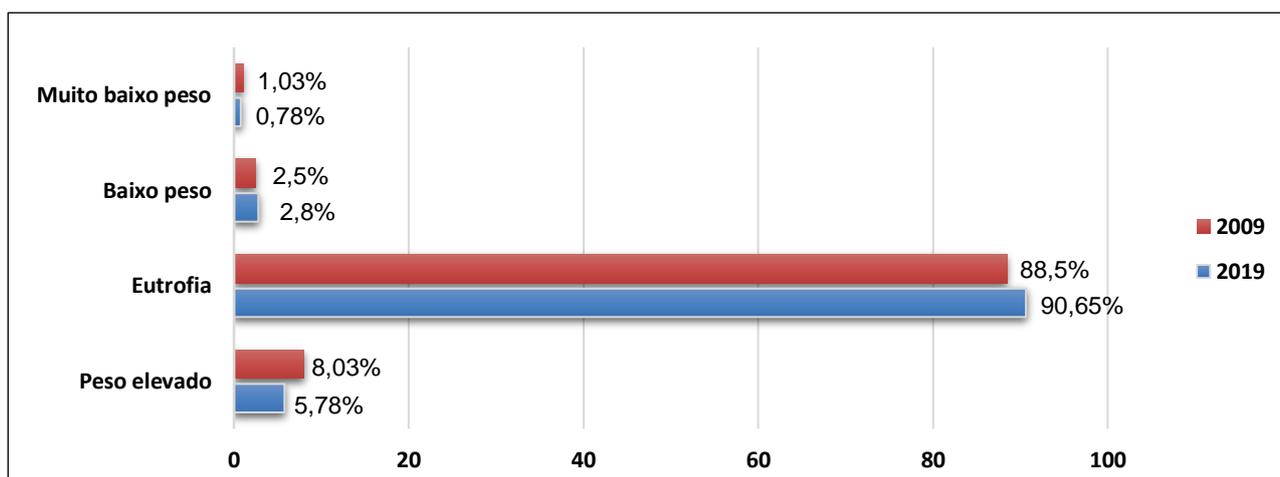
Gráfico 1 Estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pelo SISVAN no município de Itajaí em 2019.



Fonte: SISVAN, 2019.

Ao comparar o estado nutricional das crianças acompanhadas pelo SISVAN nos anos de 2009 e 2019, observou-se que em 10 anos, houve uma redução da prevalência de crianças com peso elevado para a idade e crianças com muito baixo peso, e aumento de crianças com peso adequado para a idade, conforme percentuais no gráfico 2.

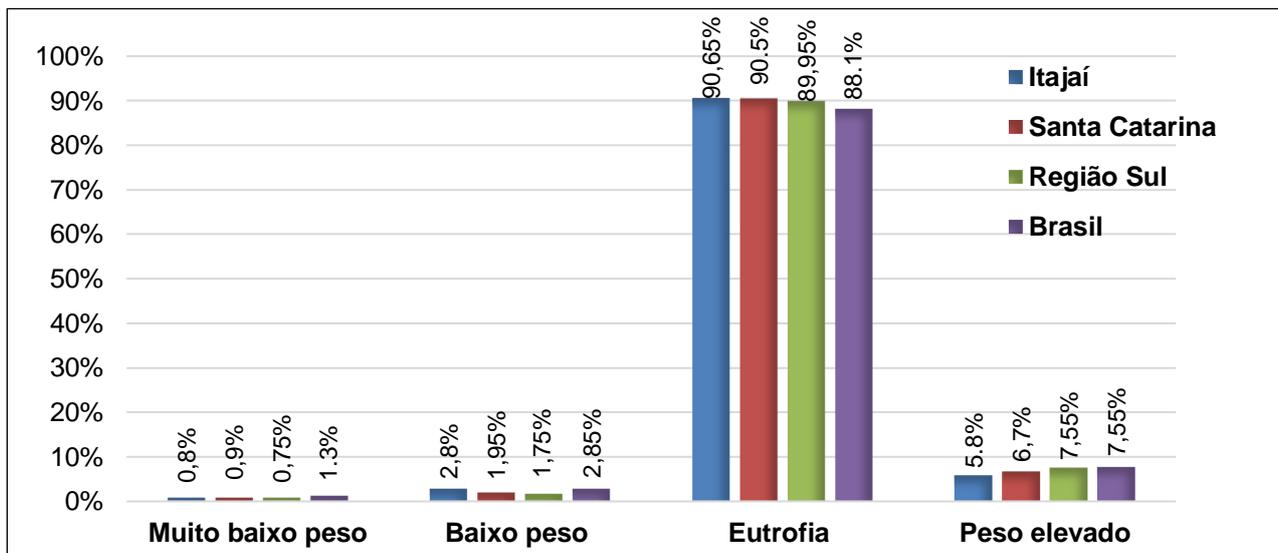
Gráfico 2 Prevalências do estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pelo SISVAN em Itajaí nos anos de 2009 e 2019.



Fonte: SISVAN, 2009; 2019.

Comparando os dados de Itajaí com os dados de Santa Catarina, da região Sul e do Brasil em 2019, observou-se certa semelhança nos resultados encontrados, conforme percentuais demonstrados no gráfico 3.

Gráfico 3 Comparativo das prevalências do estado nutricional de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pelo SISVAN em Itajaí, Santa Catarina, Região Sul e no Brasil em 2019.



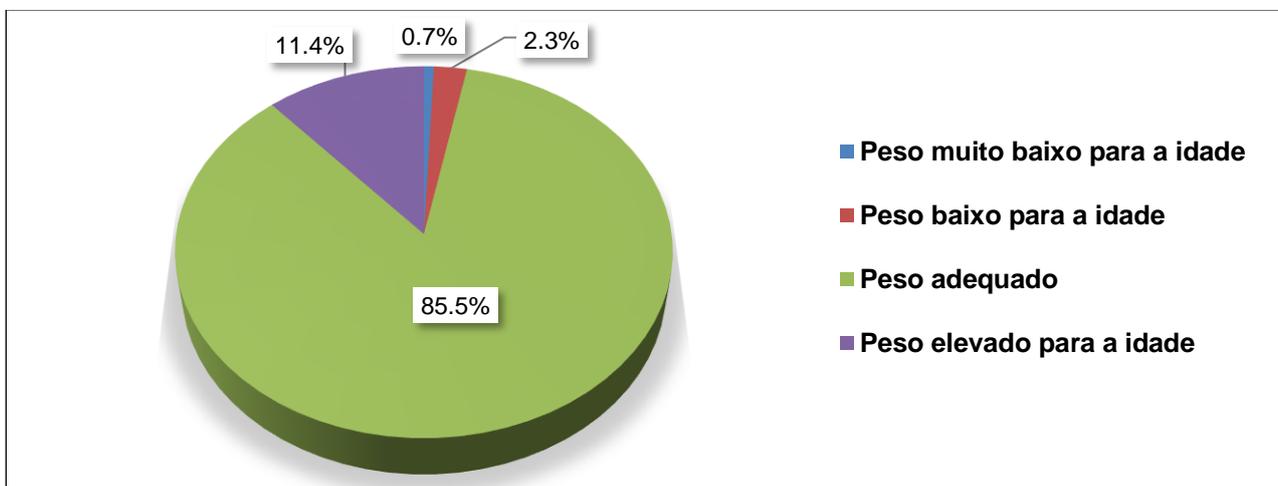
Fonte: SISVAN, 2019.

2.3.3.2 Crianças de 5 a 10 anos

Para avaliação do estado nutricional de crianças de 5 a 10 anos, utilizou-se as curvas de crescimento propostas pela OMS, considerando os indicadores de peso e idade.

Analisando os dados do município de Itajaí em 2019, pode-se notar que a maioria das crianças desta faixa etária está com peso adequado para a idade. Porém, foi registrado 11,43% de crianças com o peso elevado para a idade, conforme gráfico 4.

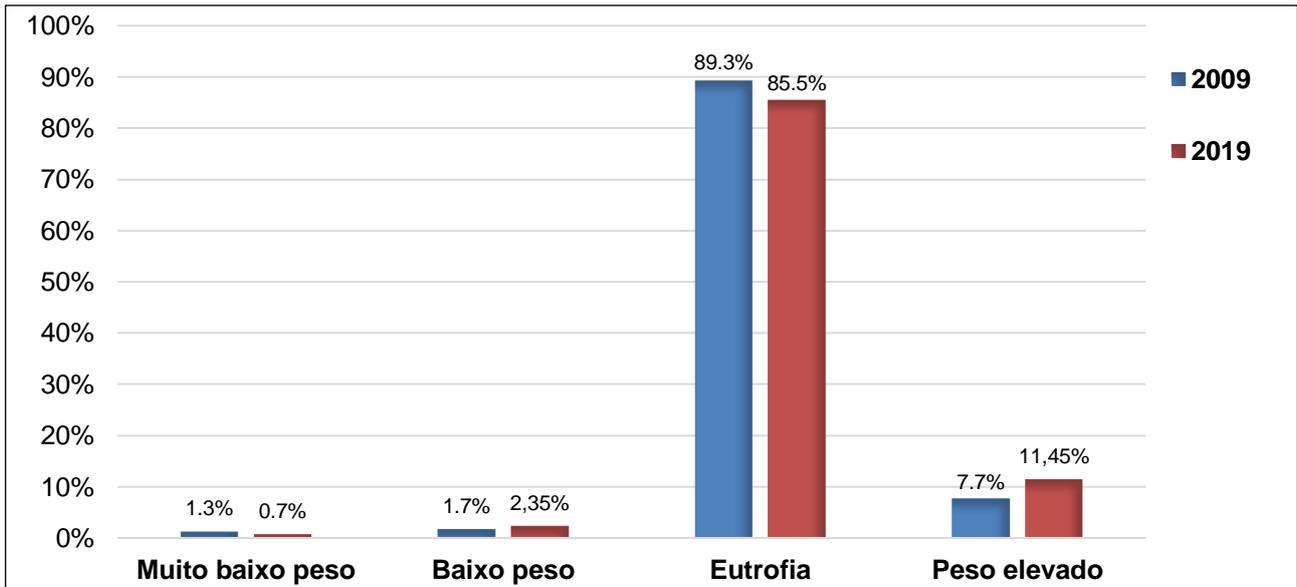
Gráfico 4 Estado nutricional de crianças de 5 a 10 anos acompanhadas pelo SISVAN no município de Itajaí em 2019.



Fonte: SISVAN, 2019.

Comparando o estado nutricional das crianças acompanhadas pelo SISVAN nos anos de 2009 e 2019, observou-se que em 10 anos houve um aumento de 48% na prevalência de crianças com peso elevado para a idade e uma queda de crianças com peso adequado, conforme gráfico 5, refletindo uma mudança no padrão do estado nutricional, curvando-se cada vez mais para o excesso de peso.

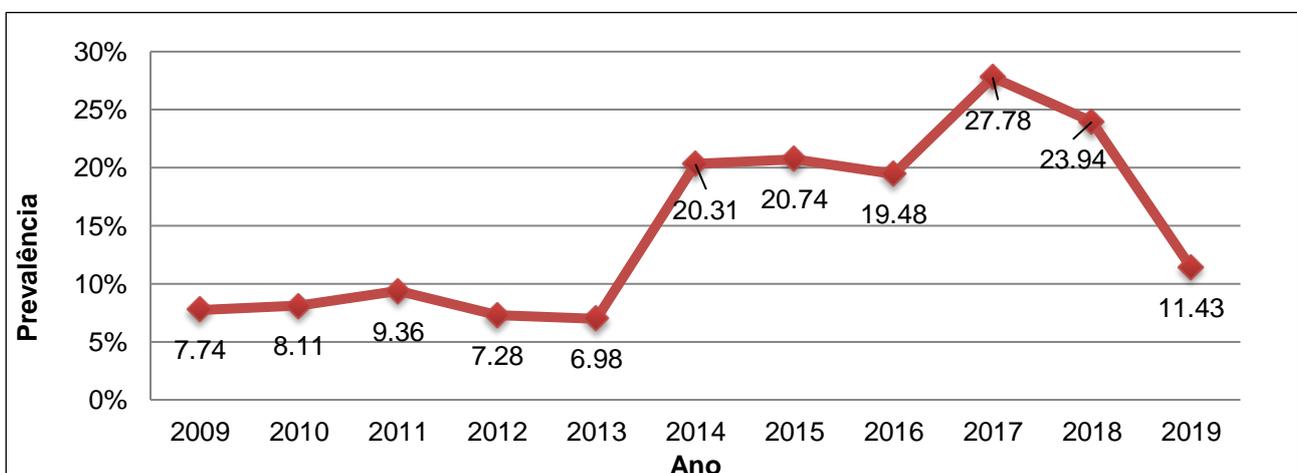
Gráfico 5 Evolução do estado nutricional de crianças de 5 a 10 anos acompanhadas pelo SISVAN em Itajaí em 2009 e 2019.



Fonte: SISVAN, 2009; 2019.

No gráfico 6 é possível observar o aumento das prevalências de peso elevado nos anos de 2009 a 2019, porém com queda após o ano de 2017.

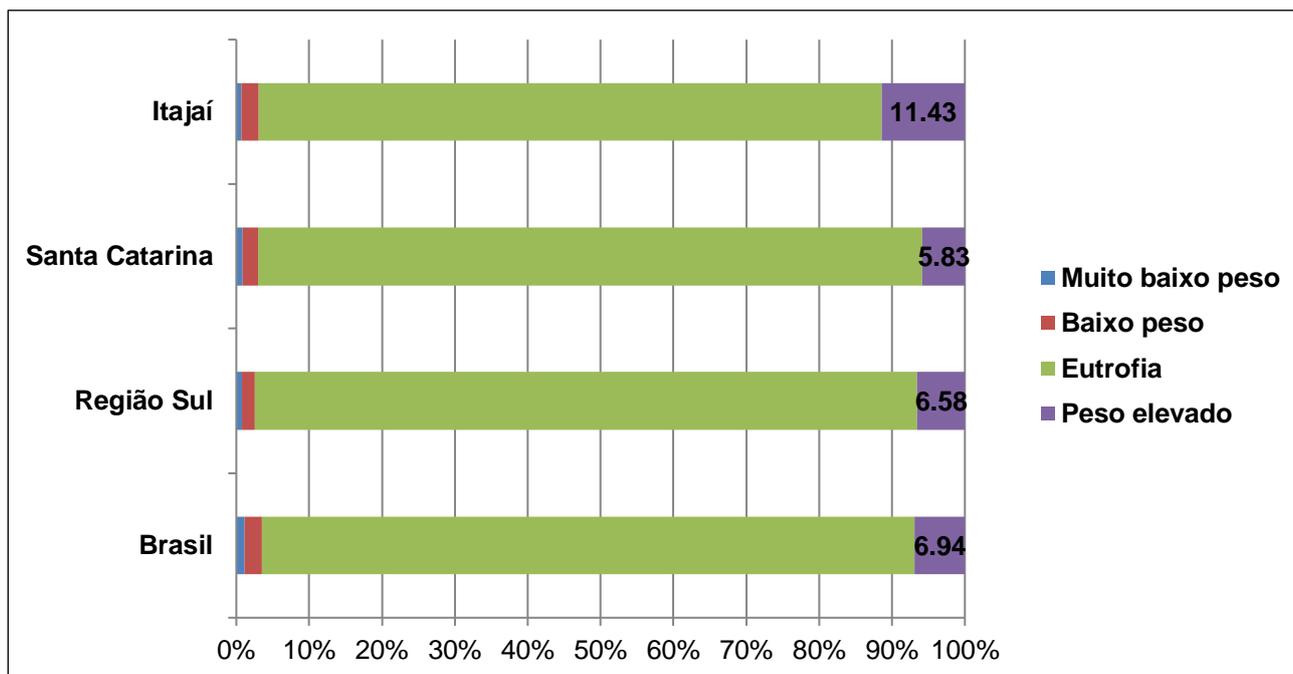
Gráfico 6 Evolução das prevalências de peso elevado em crianças de 5 a 10 anos acompanhadas pelo SISVAN em Itajaí de 2009 a 2019.



Fonte: SISVAN, 2009-2019.

Contraopondo os dados do município de Itajaí com os dados de Santa Catarina, da região Sul e do Brasil no ano de 2019, observou-se similaridade nos resultados encontrados, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Entretanto, pode-se observar que na região Sul o peso elevado para a idade ganha destaque em relação às outras regiões.

Gráfico 7 Comparativo do estado nutricional de crianças de 5 a 10 anos acompanhadas pelo SISVAN em Itajaí, em Santa Catarina, na região Sul e no Brasil em 2019.



Fonte: SISVAN, 2019.

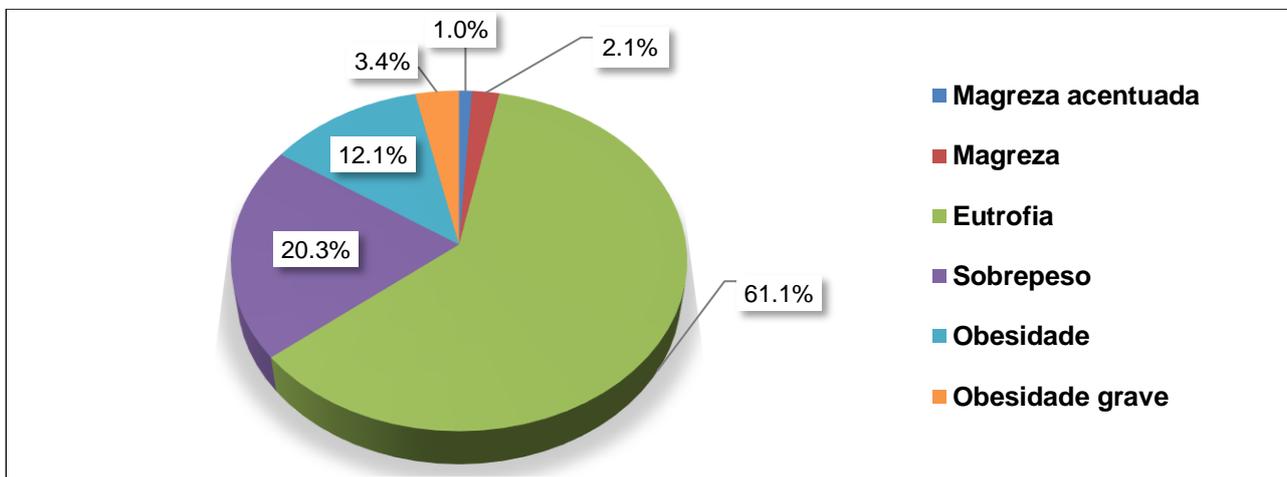
Ressaltando os achados demonstrados nas figuras, nota-se que o sobrepeso e a obesidade vêm se tornando um fator de risco para o público infantil e deve ser prevenido, sendo de suma importância estabelecer ações de educação alimentar e nutricional com as crianças e os pais, para que números na infância sejam atenuados, sensibilizando e empoderando futuros adultos para despertarem a capacidade de optar por escolhas alimentares mais saudáveis.

2.3.3.3 Adolescentes

Para avaliação do estado nutricional de adolescentes, foram utilizados os indicadores do Índice de Massa Corporal por idade, conforme preconizado pelo SISVAN através do guia “Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em Serviços de Saúde” (BRASIL, 2011).

Ao considerar os dados disponibilizados pelo SISVAN, referente ao município de Itajaí em 2019, havia 35,82% de adolescentes com algum grau de excesso de peso, conforme gráfico 8, apontando ser um número alarmante e que requer atenção.

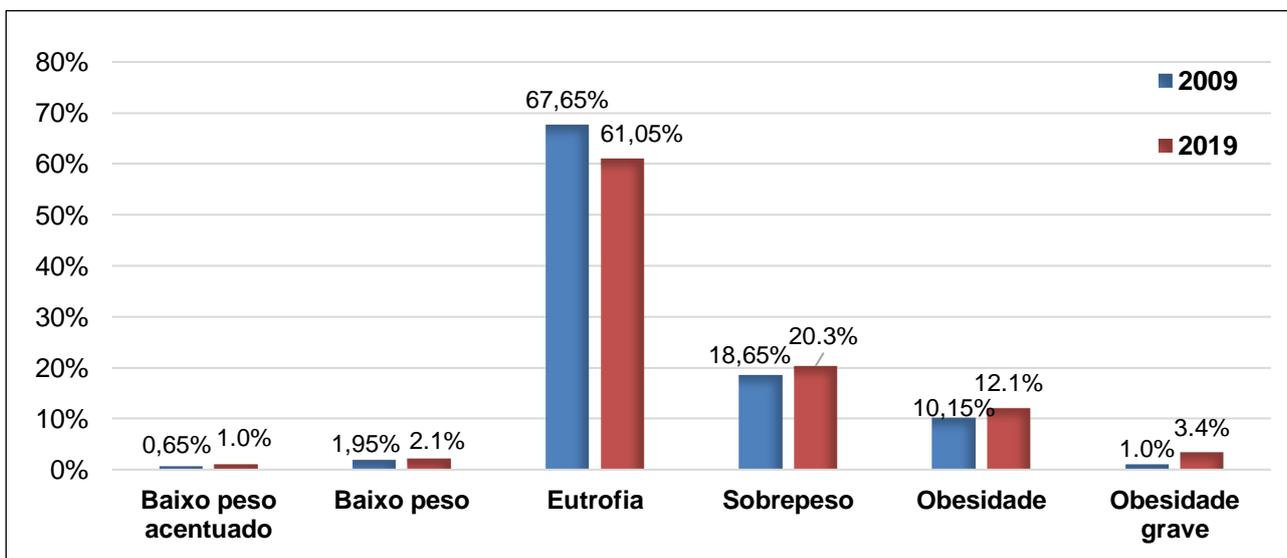
Gráfico 8 Estado nutricional de adolescentes acompanhados pelo SISVAN no município de Itajaí em 2019.



Fonte: SISVAN, 2019.

Analisando os dados de 2009 a 2019, pode-se observar diminuição nas prevalências de sobrepeso e um aumento expressivo nas prevalências de obesidade e de obesidade grave, conforme gráfico 9. Além disso, houve redução na prevalência de peso adequado entre os adolescentes. Estes dados corroboram com os achados anteriores em crianças de 5 a 10 anos.

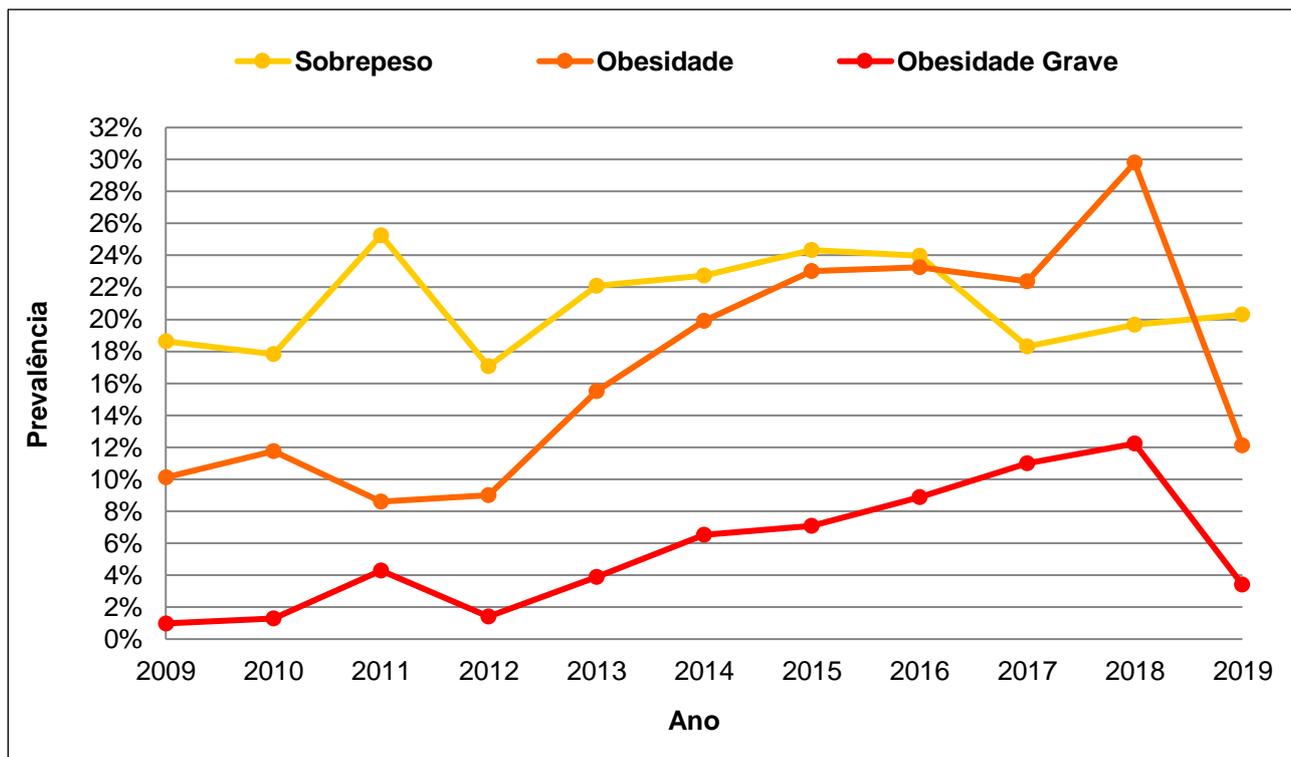
Gráfico 9 Evolução do estado nutricional de adolescentes acompanhados pelo SISVAN em Itajaí nos anos de 2009 e 2019.



Fonte: SISVAN, 2009; 2019.

Analisando os dados do acompanhamento do estado nutricional de adolescentes, nos anos de 2009 a 2019, observa-se ascensão nas curvas das prevalências de sobrepeso, obesidade e obesidade grave, conforme gráfico abaixo.

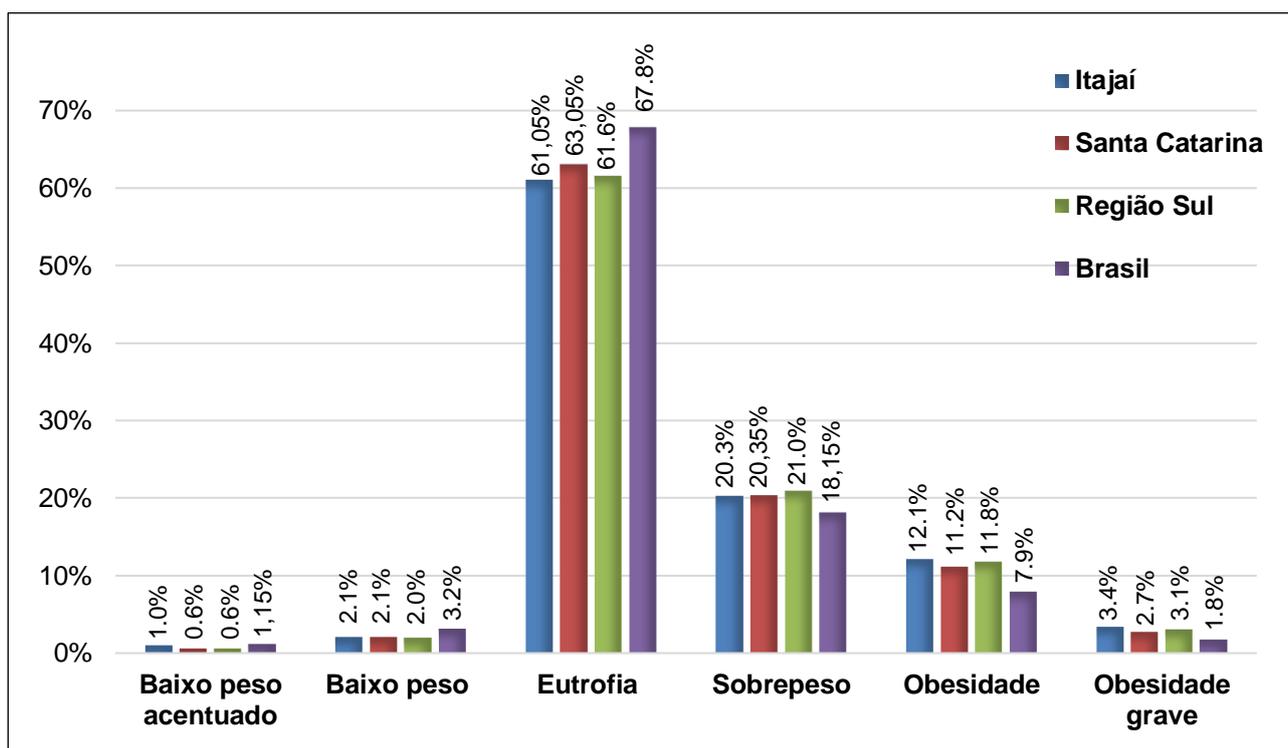
Gráfico 10 Evolução das prevalências de sobrepeso, obesidade e obesidade grave em adolescentes acompanhados pelo SISVAN em Itajaí de 2009 a 2019.



Fonte: SISVAN, 2009-2019.

Analisando os dados do município de Itajaí com os dados de Santa Catarina, da região Sul e do Brasil no ano de 2019, observou-se que em Itajaí, o sobrepeso e a obesidade apresentam percentuais bastante elevados, comparando-se com as demais regiões, condizente com as informações apresentadas no gráfico 11.

Gráfico 11 Comparativo do estado nutricional de adolescentes acompanhados pelo SISVAN em Itajaí, em Santa Catarina, na região Sul e no Brasil em 2019.



Fonte: SISVAN, 2019.

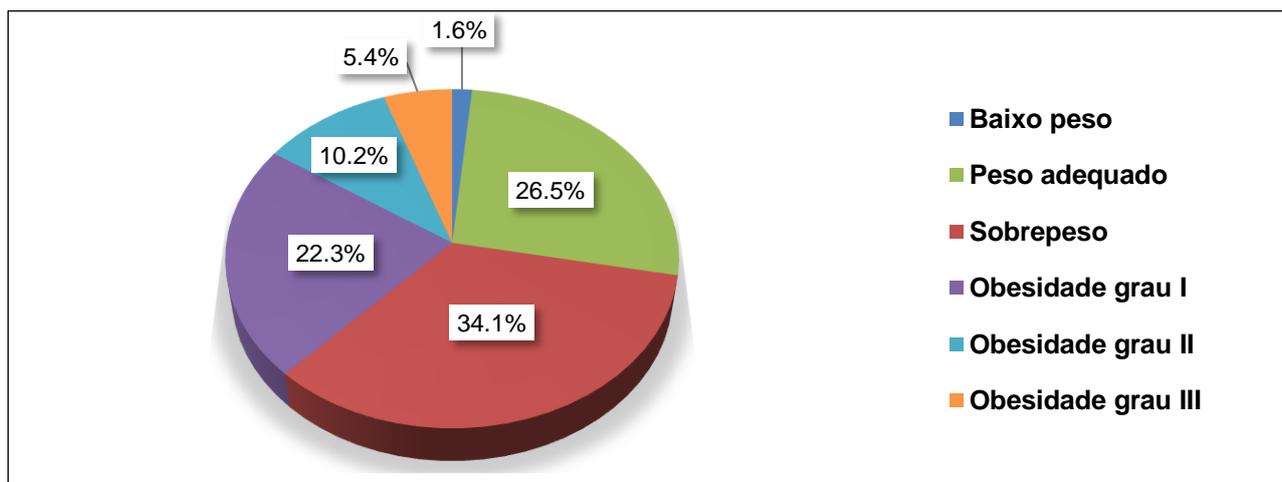
Verificando as figuras apresentadas, observa-se semelhança na transição nutricional ocorrida no Brasil, aonde a população com sobrepeso e obesidade vem aumentando com o passar dos anos, e a população com peso adequado vem diminuindo, podendo ser explicado pelo fato da popularização de produtos ultraprocessados, baixo custo desses alimentos, além da influência da mídia sofrida pelo público adolescente.

2.3.3.4 Adultos

Para avaliação do estado nutricional de adultos, foram utilizados os indicadores do Índice de Massa Corporal, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde no “Guia de orientações para coleta e análise de dados antropométricos em Serviços de Saúde”, (BRASIL, 2011).

Ao avaliar o gráfico 12, referente aos adultos acompanhados pelo SISVAN no ano de 2019, observou-se que 71,95% estavam com algum grau de excesso de peso (sobrepeso ou obesidade), sendo um fator extremamente preocupante, pois contribui para o aparecimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

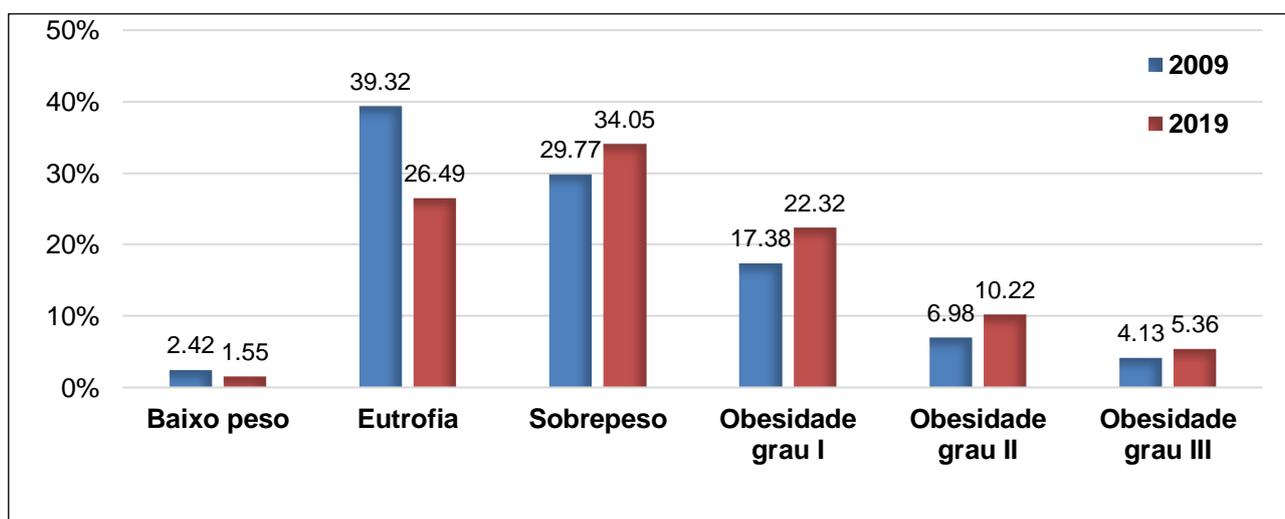
Gráfico 12 Estado nutricional de adultos acompanhados pelo SISVAN no município de Itajaí em 2019.



Fonte: SISVAN, 2019.

Ao fazer um comparativo dos anos analisados, observa-se um aumento dos adultos com excesso de peso, havendo acréscimo nas prevalências de sobrepeso, obesidade grau I, obesidade grau II e obesidade grau III, conforme demonstrado no gráfico 13. Estes dados são preocupantes, pois é o ciclo de vida da população economicamente ativa, e o excesso de peso pode desencadear agravos de saúde como hipertensão e diabetes, sendo fatores de risco à saúde atual e futura desses indivíduos. Neste gráfico, também é possível observar queda na prevalência de eutrofia, ou seja, peso adequado, além de redução na prevalência de baixo peso entre os adultos.

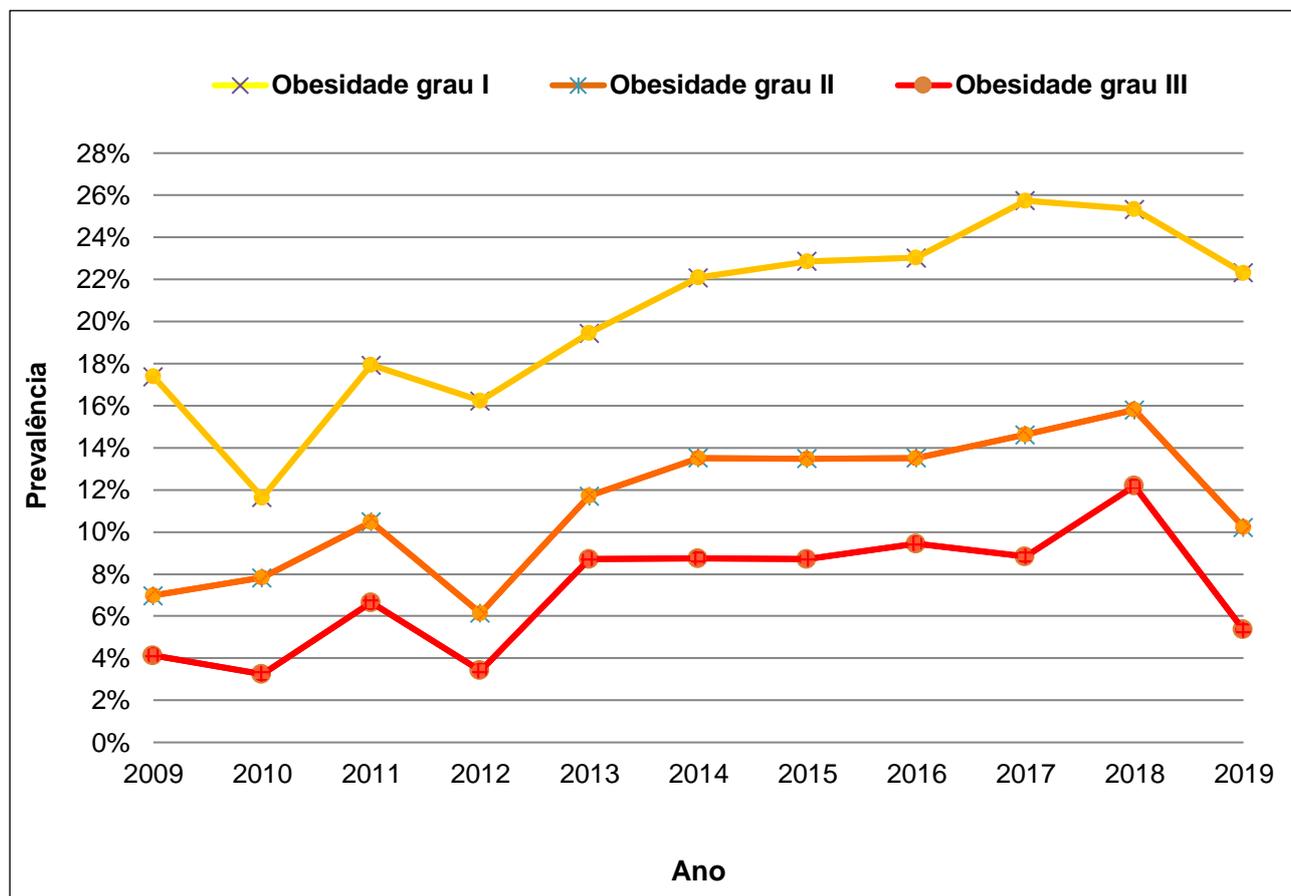
Gráfico 13 Evolução do estado nutricional de adultos acompanhados pelo SISVAN em Itajaí nos anos de 2009 e 2019.



Fonte: SISVAN 2009; 2019.

No gráfico 14 é possível observar que, em 10 anos, houve aumento das prevalências de obesidade em todos os graus entre os adultos.

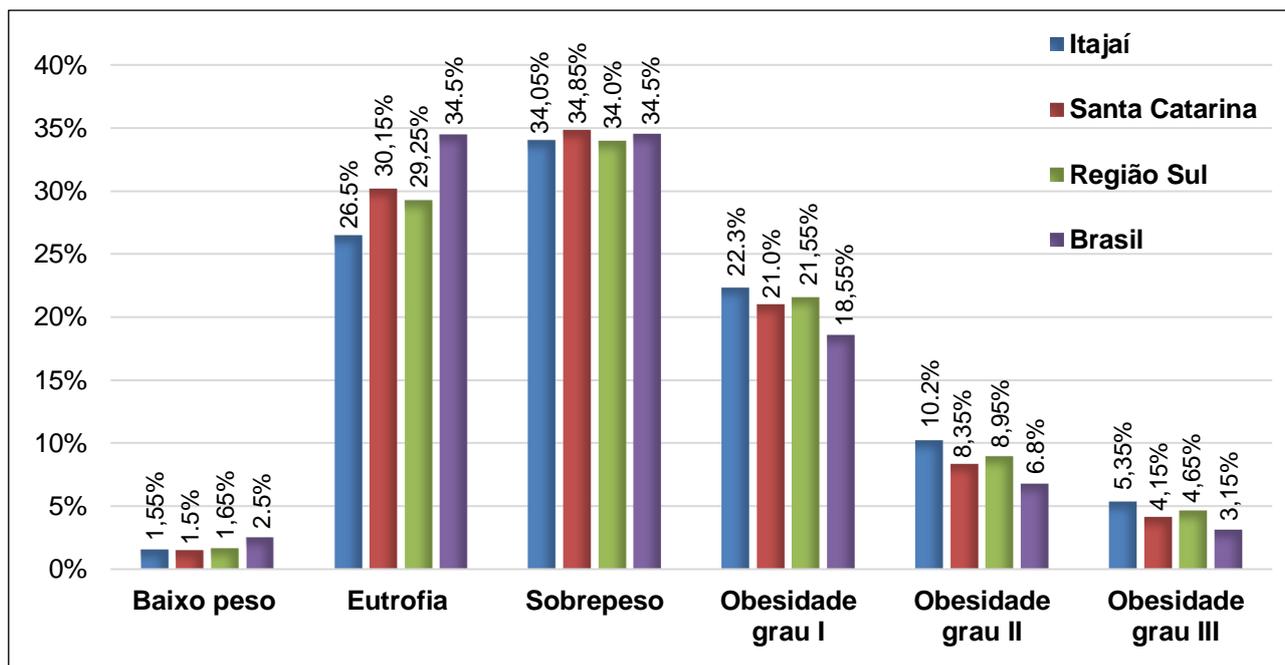
Gráfico 14 Evolução das prevalências de obesidade grau I, obesidade grau II e obesidade grau III em adultos acompanhados pelo SISVAN em Itajaí de 2009 a 2019.



Fonte: SISVAN, 2009-2019.

Observando o gráfico 15, que compara os dados do município de Itajaí com a região Sul, Santa Catarina e Brasil, pode-se notar que a população de Itajaí apresentou maiores índices de obesidade, em todos os graus, do que as demais regiões avaliadas. Comparando-se os dados municipais com os dados nacionais, observa-se em Itajaí uma prevalência 16,6% maior na obesidade grau I, 33,33% superior na obesidade grau II e 43,6% acima na obesidade grau III.

Gráfico 15 Comparativo do estado nutricional de adultos acompanhados pelo SISVAN em Itajaí, em Santa Catarina, na região Sul e no Brasil em 2019.

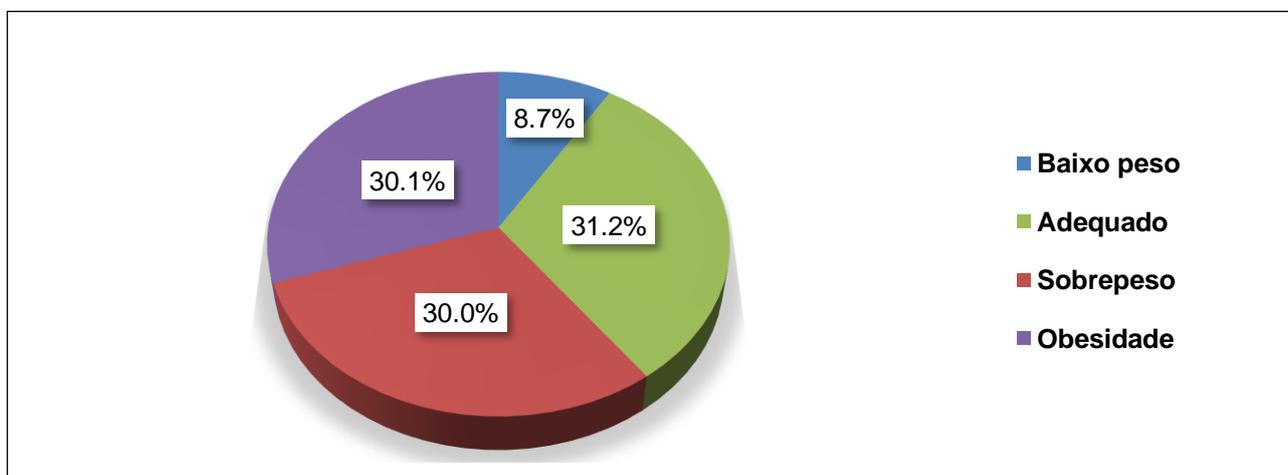


Fonte: SISVAN, 2019.

2.3.3.5 Gestantes

Para avaliação do estado nutricional de gestantes, foram utilizados os indicadores do Índice de Massa Corporal e Semana Gestacional, conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 1995). Analisando os dados presentes no gráfico 16, se observa altas prevalências de sobrepeso e obesidade, totalizando 60,12% das gestantes do município com o peso acima do ideal, apontando um dado preocupante.

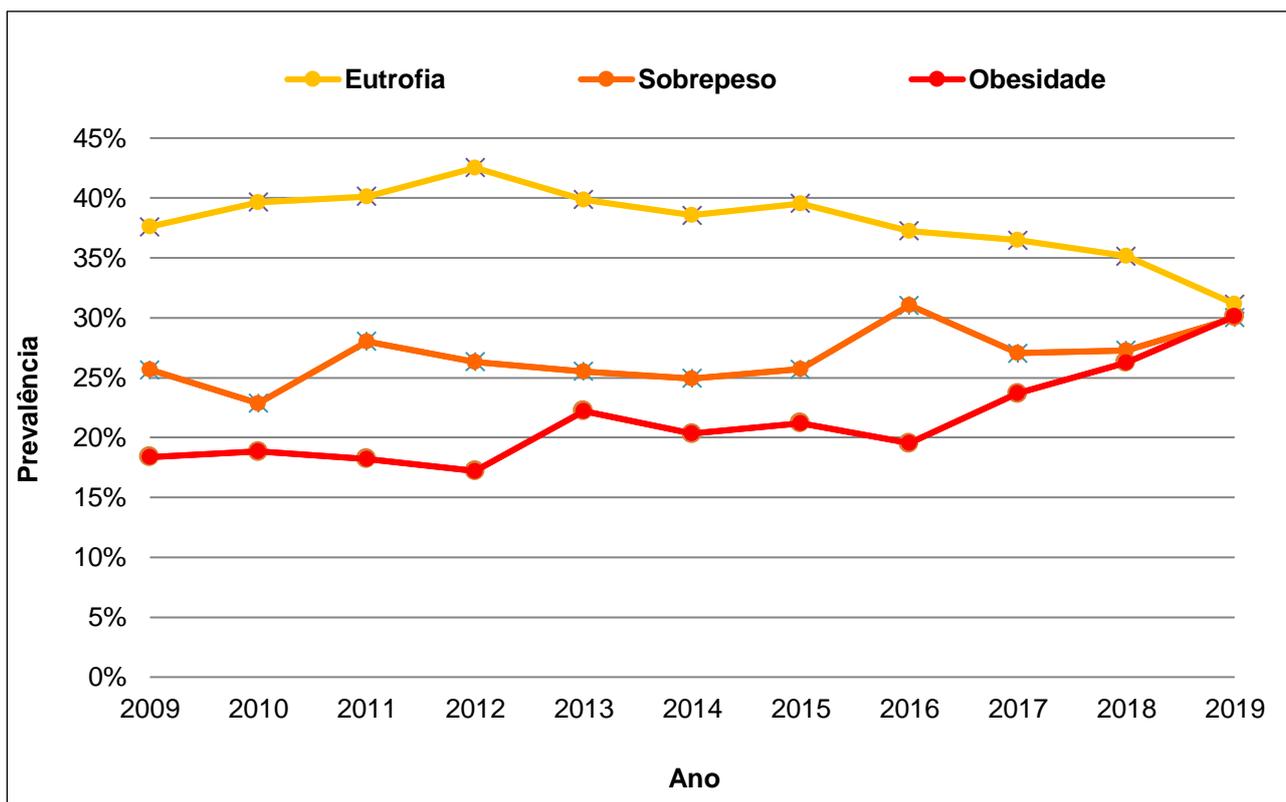
Gráfico 16 Estado nutricional de gestantes acompanhadas pelo SISVAN no município de Itajaí em 2019.



Fonte: SISVAN, 2019.

Comparando os anos avaliados, pode-se notar um aumento da prevalência de sobrepeso e de obesidade nos anos de 2009 a 2019, e uma diminuição de gestantes com peso adequado ou com baixo peso gestacional, apontando a transição nutricional ocorrida entre as gestantes no município, conforme gráfico 17.

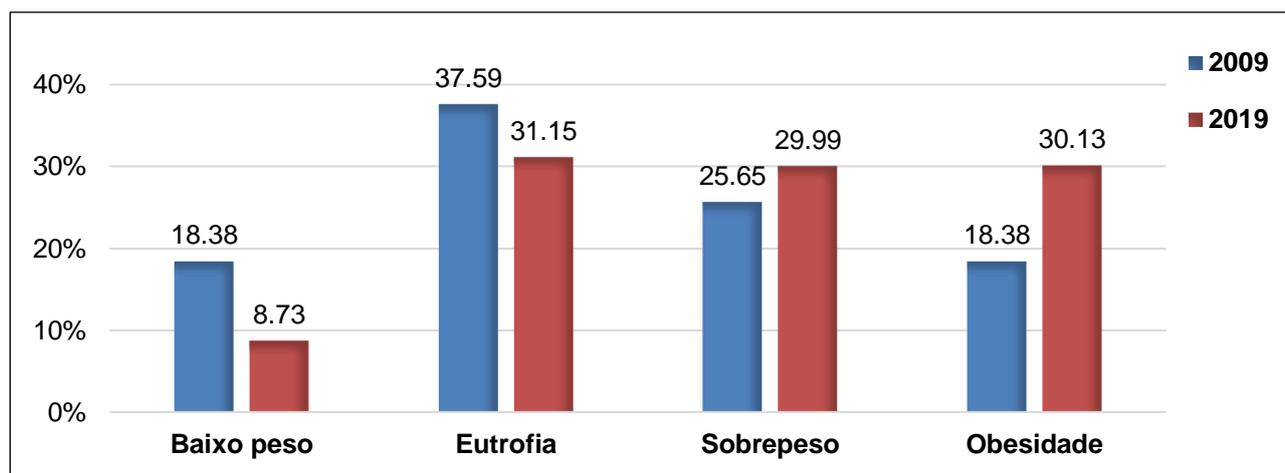
Gráfico 17 Evolução das prevalências de eutrofia, sobrepeso e obesidade em gestantes acompanhadas pelo SISVAN em Itajaí de 2009 a 2019.



Fonte: SISVAN, 2009-2019.

Em 10 anos, houve diminuição na prevalência de gestantes com baixo peso e redução de gestantes com peso adequado. Em contrapartida, houve aumento de gestantes com sobrepeso e acréscimo dos casos de obesidade, de acordo com os dados apresentados no gráfico 18. Estas prevalências são preocupantes, pois tanto o excesso quanto o baixo peso podem apresentar riscos à saúde do bebê e da mãe.

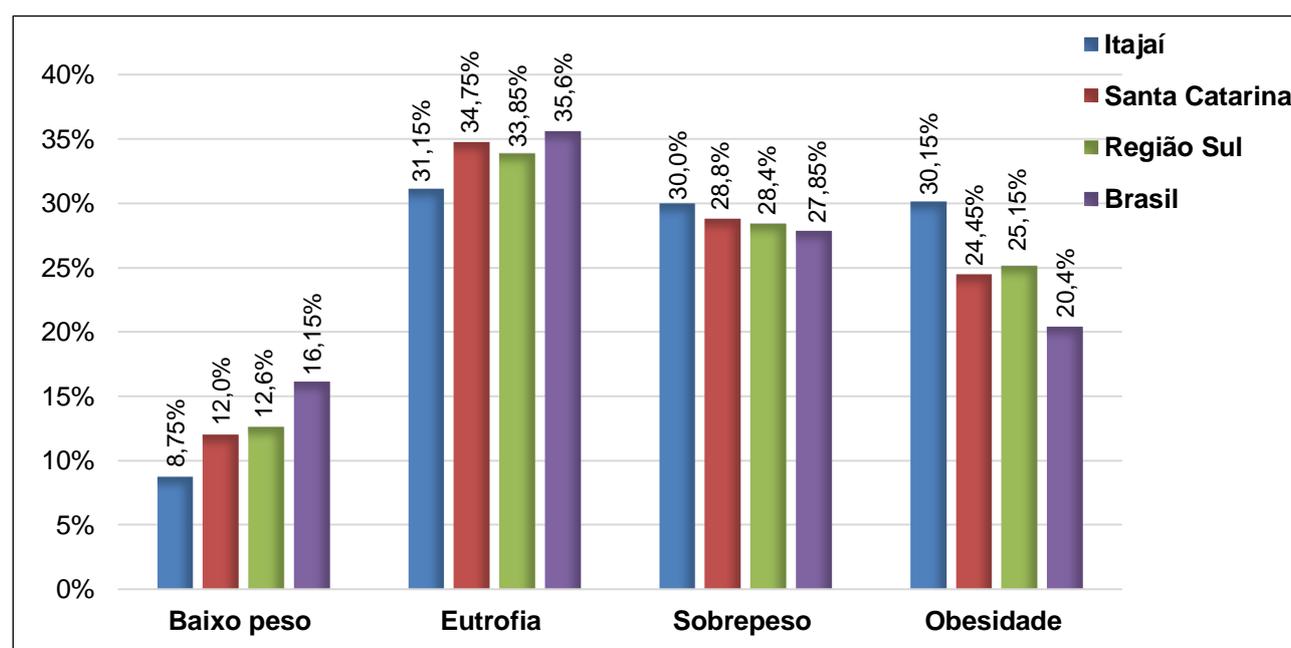
Gráfico 18 Evolução do estado nutricional de gestantes acompanhadas pelo SISVAN em Itajaí nos anos de 2009 e 2019.



Fonte: SISVAN, 2009; 2019.

Observando o gráfico 19, é possível constatar maiores prevalências de obesidade e sobrepeso em gestantes em Itajaí no ano de 2019, quando comparamos os dados municipais com as outras regiões analisadas. Em relação à obesidade, o município apresenta prevalência 47,62% maior quando comparamos com os dados nacionais.

Gráfico 19 Comparativo do estado nutricional de gestantes acompanhadas pelo SISVAN em Itajaí, em Santa Catarina, na região Sul e no Brasil em 2019.

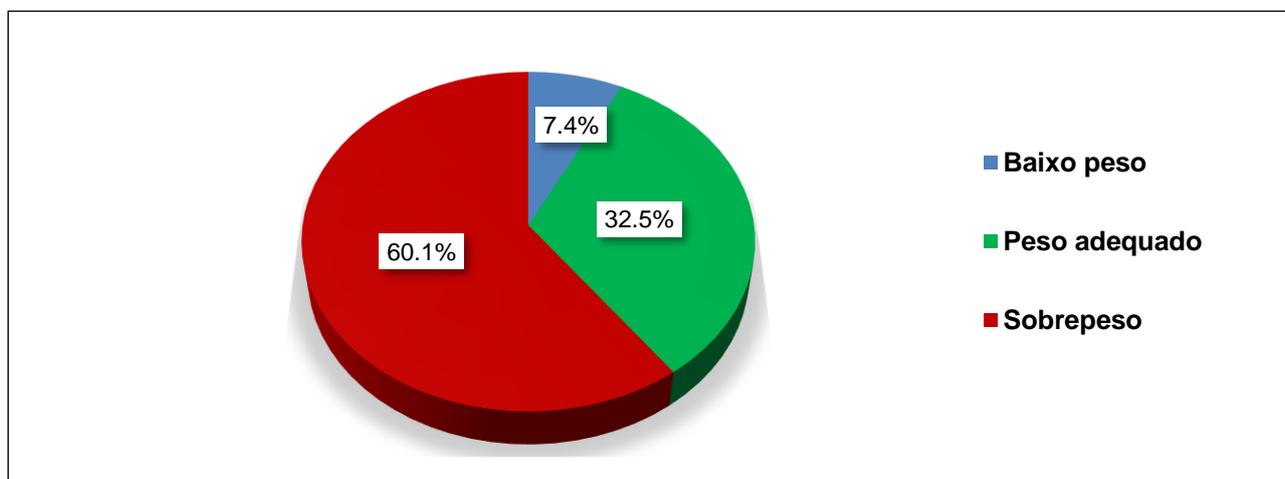


Fonte: SISVAN, 2019.

2.3.3.6 Idosos

Ao analisar o gráfico 20, referente ao estado nutricional de idosos acompanhados pelo SISVAN em 2019, pode-se notar que a maior parte se encontrava com sobrepeso (60,1%), seguido de peso adequado (32,5%). Neste cenário, ressalta-se a rápida transição demográfica, que trouxe um contínuo aumento na expectativa de vida e na proporção de idosos na população brasileira, acompanhada da transição nutricional, com diminuição da fome e da desnutrição e aumento vertiginoso do excesso de peso, inclusive em idosos.

Gráfico 20 Estado nutricional de idosos acompanhados pelo SISVAN no município de Itajaí em 2019.



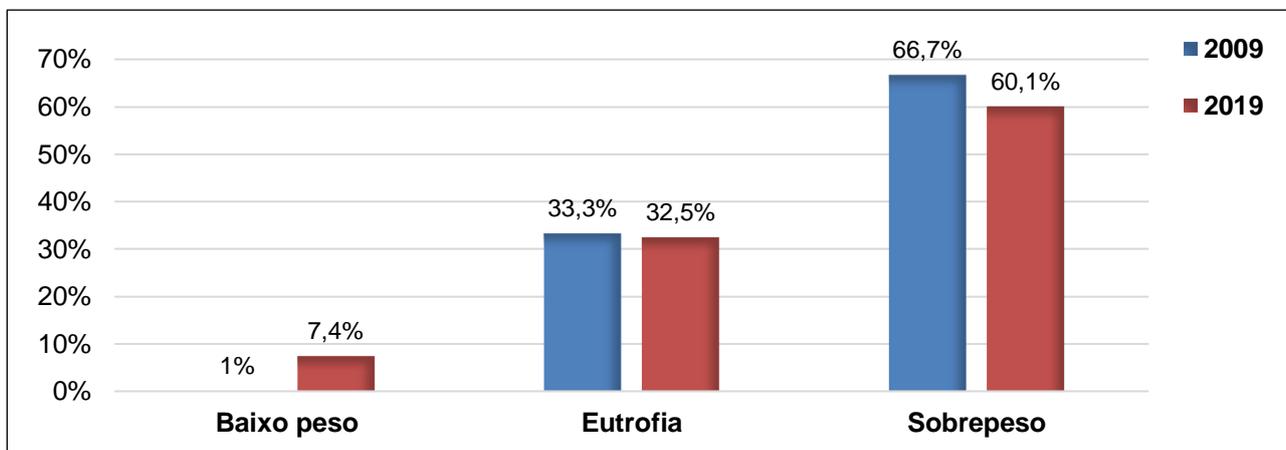
Fonte: SISVAN, 2019.

Os dados apresentados também podem ser explicados pela diminuição da proatividade neste ciclo de vida, o fácil acesso a alimentos mais refinados, o excesso de açúcares e gorduras, entre outros fatores que podem estar associados, levando à prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis neste público. Entende-se que a investigação da situação nutricional de idosos, sob o olhar das diferenças demográficas e sociais das regiões do país, possa subsidiar ajustes nas políticas públicas de prevenção e promoção de saúde, a partir da compreensão destes fatores intervenientes nos agravos nutricionais (PEREIRA; SPYRIDES; ANDRADE, 2016).

Ao observar o comparativo do estado nutricional de idosos entre o ano de 2009 e 2019, nota-se uma pequena redução do sobrepeso, conforme gráfico 21, sendo um indicador positivo, uma vez que o excesso de peso é um dos principais fatores de risco

para as Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Porém, no mesmo, período, houve aumento da prevalência de baixo peso nesta faixa etária.

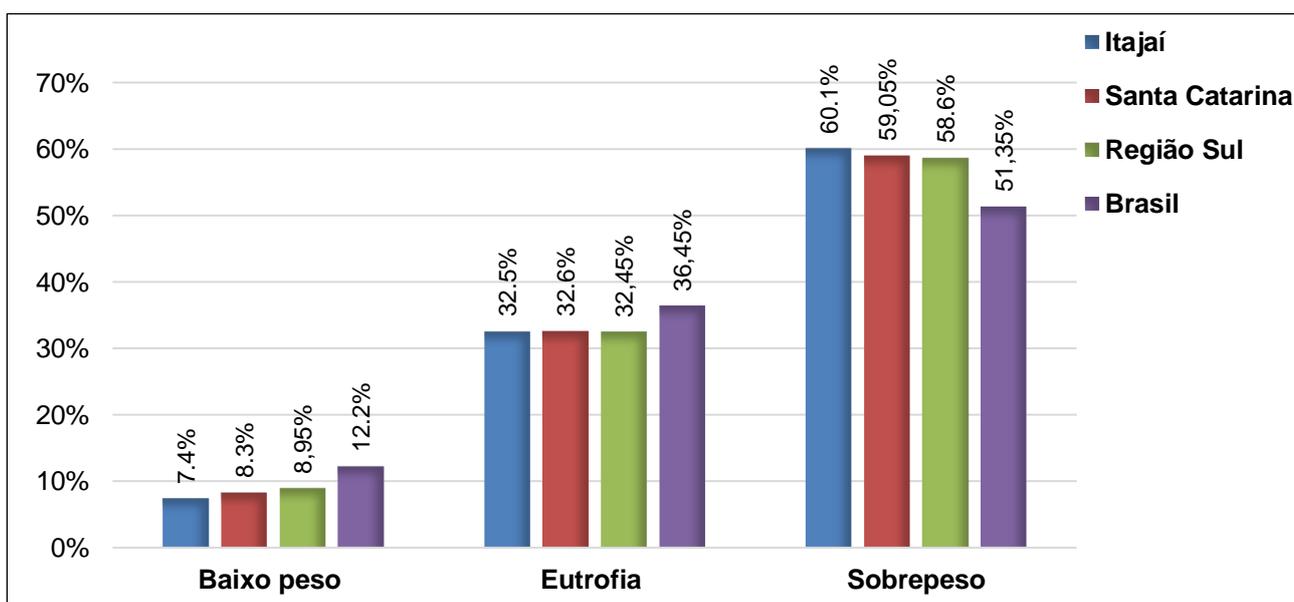
Gráfico 21 Evolução do estado nutricional de idosos acompanhados pelo SISVAN em Itajaí nos anos de 2009 e 2019.



Fonte: SISVAN, 2009; 2019.

Ao comparar os dados de Itajaí com Santa Catarina, região Sul e Brasil no mesmo ano (2019), observou-se certa semelhança com os dados estaduais e da região Sul, conforme demonstrado no gráfico 22. Porém, Itajaí apresentou prevalência maior de sobrepeso entre os idosos do que o Brasil.

Gráfico 22 Comparativo do estado nutricional de idosos acompanhados pelo SISVAN em Itajaí, em Santa Catarina, na região Sul e no Brasil em 2019.



Fonte: SISVAN, 2019.

Os dados apresentados demonstram um aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em praticamente todos os ciclos de vida acompanhados pelo Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional no município de Itajaí, demonstrando que a população local não está fazendo boas escolhas alimentares, influenciando no estado nutricional da população e corroborando para a transição nutricional que está ocorrendo no município.

Os dados analisados permitem subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, voltadas às ações de Alimentação e Nutrição e Educação Alimentar e Nutricional para a população de Itajaí, de forma a incentivar a alimentação adequada e saudável, bem como a prática de atividade física, visando a promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas com a alimentação, como desnutrição, sobrepeso e obesidade, que são fatores de risco para várias enfermidades, como diabetes, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, entre outras, que acabam contribuindo para a sobrecarga nos serviços públicos em todos os níveis de atenção à saúde, desde a Atenção Básica até a Alta Complexidade.

2.3.4 Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil

Tem por objetivo qualificar o processo de trabalho dos profissionais de Atenção Básica com intuito de reforçar e incentivar a promoção do aleitamento materno e da alimentação saudável para crianças menores de 2 anos no âmbito do SUS.

Formação de 10 novos tutores em novembro de 2014 com parceria com a Secretaria de Estado da Saúde. E realizado em maio de 2015 oficina de trabalho em 5 UBS. E novas oficinas posteriores nas UBS Nossa Senhora das Graças (2015), Itaipava (2016), Promorar e Cidade Nova II (2017), Votorantim, Cordeiros, Jardim Esperança e Costa Cavalcante (2018).

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) conta no município de Itajaí com o total de 12 Unidades Básicas de Saúde e 29 equipes de Estratégia de Saúde da Família. No ano de 2022 foi inaugurado com parceria do Serviço de Nutrição com a Saúde Infantil o Espaço Amamenta, que é localizado em frente ao prédio administrativo da Secretaria de Saúde de Itajaí, no Centro Integrado de Saúde. O endereço é Avenida Adolfo Konder, 250, bairro São Vicente.

O processo da EAAB envolve:

- Formação de facilitadores para apoiar a formação de tutores;
- Formação de tutores da EAAB;
- Realização das oficinas de trabalho para implantação de EAAB nas UBS;

- Acompanhamento do processo de implementação de estratégia nas UBS;
- Monitoramento do processo de implementação da EAAB;
- Certificação das UBS que aderirem a EAAB e cumprirem os critérios.

Para certificação da UBS é necessário concluir as seguintes etapas:

- Desenvolver ações sistemáticas individuais ou coletivas para promoção do aleitamento materno (AM) e alimentação complementar saudável (ACS);
- Monitorar os índices de AM e ACS;
- Dispor de instrumento de organização de cuidado à saúde da criança para detectar problemas relacionados ao AM e ACS.
- Cumprir a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactantes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (Lei 11.265/06);
- Contar com a participação de pelo menos 85% da equipe de atenção básica nas oficinas desenvolvidas;
- Cumprir pelo menos uma ação de incentivo ao AM e uma de ACS pactuadas no plano de ação.

2.3.5 Vigilância Sanitária

A Gerência de Produtos Alimentícios e Comércio Geral, da Diretoria de Vigilância Sanitária de Itajaí, possui em seu quadro funcional 10 fiscais sanitaristas e 2 nutricionistas.

No ano de 2020 foram realizadas 2.801 vistorias e 420 atendimentos a denúncias. Já no ano de 2021, realizaram-se 3.245 vistorias e 302 atendimentos a denúncias. Ainda no ano de 2021 foram realizadas coletas respectivas aos Programas vigentes, sendo:

- 9 coletas de amostras de alimentos para o Programa Estadual de Monitoramento da Qualidade Sanitária (PEMQSA);
- 7 coletas de amostras de alimentos para o Programa de Avaliação do Teor Nutricional (PATEN);
- 6 coletas de amostras de alimentos para o Programa Nacional de Monitoramento de Aditivos e Contaminantes (PROMAC);
- 480 coletas de amostra de água para o Programa Nacional de Vigilância da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA).

Nos anos de 2020 e 2021, as ações de Educação Sanitária desta Diretoria tiveram como foco a pandemia de Covid-19. Já em relação ao Programa de Educação em Vigilância Sanitária (EDUCANVISA), sua realização foi pausada nestes anos, devido à pandemia e aos atos normativos sobre a mesma.

Entre os anos de 2018 e 2019 foram registradas 289 denúncias relacionadas a alimentos, que foram aprimoradas através de formulário com a implementação de numeração específica, propiciando maior controle das mesmas. As denúncias são recebidas através do Departamento de Ouvidoria do município, por meio do número 0800-6464040, pelos telefones da Diretora da Vigilância Sanitária, (47) 3908-5036 e 3908-5767 ou pelo e-mail “visa@itajai.sc.gov.br”. Após o recebimento, a denúncia é transferida à Gerência responsável, que encaminha à equipe de fiscais, sendo apuradas em uma média de 15 dias.

Até o final do ano de 2019 a Diretoria de Vigilância Sanitária, possuía o cadastro de 1962 alvarás e/ou licenças sanitárias, relacionadas a estabelecimentos que comercializam alimentos e bebidas.

Quanto às Carteiras de Saúde para Manipuladores de Alimentos, a mesma é realizada por médico da Policlínica São João, via agendamento, não há custo algum para emissão e a rotina de exames necessários abrange:

- Hemograma;
- VDRL;
- Parasitológico de fezes.

Quanto aos documentos exigidos dos estabelecimentos de alimentos e bebidas, relacionados à legislação sanitária vigente, são os seguintes:

- Manual de Boas Práticas;
- Procedimentos Operacionais Padronizados;
- Rotulagem Nutricional de Alimentos;
- Comprovação de Capacitação em Boas Práticas na Manipulação de Alimentos.

2.3.6 Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica é responsável pelo levantamento das informações epidemiológicas, que auxiliarão no planejamento e implementação das políticas públicas.

No que tange às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, a Vigilância Epidemiológica contribui significativamente com informações relacionadas aos casos de notificação de Desnutrição Grave, doenças diarreicas e informações quanto às enfermidades, especialmente as Doenças Crônicas Não-transmissíveis, além de dados sobre mortalidade.

2.3.6.1 Desnutrição Grave

No município de Itajaí são notificados os casos de Desnutrição Grave no SINAN (Sistema Nacional de Agravos Notificáveis), em crianças de 28 dias até 9 anos 11 meses e 29 dias. O Quadro 6 apresenta as notificações realizadas nos anos de 2020 e 2021.

Quadro 6 Número de Notificações de Desnutrição Grave em residentes de Itajaí, 2020 e 2021.

Situação	2020	2021
Notificados	13	08
Confirmados	07	04
Em acompanhamento atualmente	-	01
Origem primária	01	01
Origem secundária	04	01
Mista com prevalência primária	02	01
Mista com prevalência secundária	-	01
Com investigação de origem	-	-

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Itajaí, 2021.

A partir das notificações, a Vigilância Epidemiológica verifica se o caso apresenta critérios para definição de caso suspeito e se foi avaliado por médico pediatra e por nutricionista. As crianças que não apresentam essa definição são monitoradas como risco para Desnutrição Grave e realizado intervenção conforme necessidade. As crianças que se enquadram como caso suspeito para Desnutrição Grave, a investigação é realizada sob coordenação da Vigilância Epidemiológica.

O planejamento das ações é estabelecido junto com os profissionais de saúde que acompanham o caso e/ou com a equipe da Estratégia da Saúde da Família responsável pela área de abrangência. A investigação epidemiológica tem como objetivo a confirmação do diagnóstico, classificação do caso, a identificação das causas e a orientação sobre medidas de controle (recuperação nutricional, ações básicas de saúde, tratamentos de doenças de base e afecções intercorrentes, promoção da melhoria das condições de vida da família e Educação Alimentar e Nutricional).

A Vigilância Epidemiológica comunica os casos confirmados de Desnutrição Grave à Diretoria de Atenção à Saúde. Os encaminhamentos são realizados para garantir as medidas de controle, sendo acionadas outras secretarias e/ou instituições conforme

necessidade. O monitoramento da evolução dos casos confirmados de Desnutrição Grave é de responsabilidade da Vigilância Epidemiológica e a garantia do tratamento da Diretoria de Atenção à Saúde em conjunto com os Serviços de Saúde.

2.3.6.2 Doenças diarreicas

No ano de 2018 foram notificados 32 casos de Síndrome Diarreica Aguda, destas, 5 envolveram alimento suspeito. As amostras de alimento coletadas revelaram o seguinte:

- 1 amostra apresentou resultado positivo para *Salmonella sp*;
- 1 para *Bacillus cereus*;
- 3 amostras com resultado inconclusivo, os quais não foi possível determinar o agente etiológico.

Os surtos, na maioria das vezes, são notificados pelas unidades de ensino do município. Quanto ao local de investigação dos surtos, foram os seguintes:

- 33 surtos foram investigados nas creches e escolas;
- 1 surto foi investigado em restaurante;
- 1 em padaria;
- 1 em Unidade Básica de Saúde.

Em 2019, foram notificados 16 casos de Síndrome Diarreica Aguda, nestes casos a suspeita foi de transmissão direta (pessoa a pessoa). Foi possível a coleta de 8 amostras clínicas e, destas, 3 apresentaram resultado positivo para *Norovírus* e 5 amostras sem resultado confirmatório. Todos os surtos foram investigados nos Centros de Educação Infantil do município.

Destaca-se que a redução no número das notificações realizadas pelas unidades de ensino deve-se a troca de equipe, após a reforma administrativa, realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Porém, desde o segundo semestre do ano de 2019, encontros e treinamentos com a equipe da SME vêm sendo realizados, a fim de resgatar o trabalho alcançado nos anos anteriores.

2.3.6.3 Prevalências de enfermidades

Em relação à prevalência de doenças que acometem a população de Itajaí e que sofrem influência da alimentação em 2020, destacam-se as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como a hipertensão e a diabetes, e também o câncer em pacientes que tem ou já tiveram a doença, conforme demonstrado nos Quadros 7, 8 e 9, apresentando dados de cada doença mencionada.

Quadro 7 Prevalência de hipertensão na população itajaiense em 2020, por sexo.

Mulheres	Homens	Total
8.805	5.670	14.475

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Itajaí, 2021.

Quadro 8 Prevalência de diabetes na população itajaiense em 2020, por sexo.

Mulheres	Homens	Total
3.171	2.096	5.267

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Itajaí, 2021.

Quadro 9 Prevalência do diabetes na população itajaiense em 2020, diferenciada por sexo e número total de casos nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Mulheres	Homens	Total de casos 2020	Total de casos 2019	Total de casos 2018
615	324	939	856	478

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Itajaí, 2021.

2.3.6.4 Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

O SIM foi criado pelo DATASUS para a captação de dados sobre mortalidade, de forma regular e abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área.

O Quadro 10 apresenta os dados de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, relevante indicador para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Quadro 10 Mortalidade infantil em crianças menores de 1 ano de idade em Itajaí em 2014.

Indicador	Dados
Óbitos infantis (menores de 1 ano de idade)	32

Fonte: DATASUS/MS, 2014.

Em relação à mortalidade geral em Itajaí, no ano de 2018 ocorreram 346 mortes decorrentes das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Já em 2019, foram 307 mortes por DCNT, incluindo:

- 33 mortes devido à diabetes;
- 49 mortes em decorrência de infarto agudo do miocárdio;
- 9 mortes por hipertensão 9;
- 19 mortes por câncer (neoplasias) em órgãos do sistema digestivo, como câncer de estômago;
- 21 mortes por câncer de cólon.

O custo das internações por DCNT em Itajaí, no ano de 2019, foi de R\$ 3.987.360,82, sendo que somente por câncer o custo foi de R\$ 2.508.293,07.

2.4 EDUCAÇÃO

O município de Itajaí atende, aproximadamente, 165 unidades de ensino, sendo:

- 118 da rede municipal;
- 47 unidades credenciadas e parceiras.

Atende 38.493 alunos na rede municipal de ensino, dentre berçários, creche, ensino fundamental, EJA, CEDINs e CEMESPI. Destes, em média, são realizadas 409.712 refeições mensais, conforme dados de fevereiro de 2022.

A alimentação escolar possui 7 tipos de cardápios mensais, distribuídos entre educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Também há atendimento às crianças com necessidades alimentares especiais, somando 498 alunos com condições atendidas, podendo a mesma criança apresentar mais de uma restrição alimentar.

Durante todo o ano letivo de 2021, foram realizadas 120 atividades de Educação Alimentar e Nutricional em Centros de Educação Infantil, Escolas do Ensino Fundamental e Centros de Educação em Tempo Integral (CEDIN). Dentre os temas abordados estão, alimentação saudável, consumo de frutas e verduras, rótulo dos alimentos, Guia Alimentar para a População Brasileira, dentre outros. Atualmente, o município dispõe de 3 nutricionistas efetivas responsáveis pela alimentação escolar, além de 8 nutricionistas contratadas de rota por pólo, 1 nutricionista de dieta especial, 1 de planejamento de cardápios, 1 supervisora e 1 nutricionista coordenadora.

3 SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN)

Esta seção apresenta informações referentes à estrutura do SISAN no município e aos programas e ações de SAN executados localmente.

Tais informações são originárias de diferentes bases de dados, prioritariamente do antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), mas também de outros órgãos, como os Ministérios da Saúde e da Educação.

3.1 Estruturação do SISAN no município de Itajaí

O Decreto nº 7.272/2010 definiu que poderão aderir ao SISAN os municípios que preencherem os seguintes requisitos:

- Instituir o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais;
- Instituir a Câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Estabelecer compromisso, no ato da adesão de SISAN, de elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como prazo o período de 1 ano, após o referido ato.

O município de Itajaí aderiu ao SISAN, conforme Resolução nº 2 de 11/06/2019 da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que formalizou a referida adesão.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí (COMSEA) foi instituído em 2003, por meio da Lei Municipal nº 3.990 de 30/10/2003, com novas redações dadas pelas Leis Municipais nº 6.213 de 30/11/2012 e nº 7.039 de 24/07/2019. O COMSEA de Itajaí realiza reuniões mensais, regularmente, e a atual Gestão (2019-2021) está devidamente nomeada, conforme Decreto Municipal nº 11.753 de 06/11/2019.

A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí (CAISAN) foi instituída em 2018, por meio da Lei Municipal nº 6.902 de 12/06/2018. A CAISAN de Itajaí realiza reuniões ordinárias, mensalmente, e a atual Gestão (2019-2021) está devidamente nomeada, conforme Portaria nº 3.607 de 14/11/2019.

A Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí foi publicada no mesmo ano de instituição da CAISAN, conforme Lei Municipal nº 6.953 de 16/10/2018.

3.2 Programas e ações segundo as diretrizes da Política Nacional de SAN

3.2.1 Políticas de promoção do acesso universal à alimentação

3.2.1.1 Programa Auxílio Brasil

O Auxílio Brasil, antigo Programa Bolsa Família, sendo um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, por meio da transferência direta de renda para atender famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Atualmente, são elegíveis ao Programa Auxílio Brasil, as famílias que tenham:

- Cadastros atualizados nos últimos 24 meses;
- Renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00 ou renda mensal por pessoa de R\$ 89,01 a R\$178,00, desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição.

Em Itajaí há 3.246 famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 4,32% da população total do município, e inclui 1.489 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza.

No mês de setembro de 2019 foram transferidos R\$ 537.808,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 165,68 por família.

Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do Programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78.

A cobertura do programa é de 87% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O município está próximo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. A gestão também deve realizar ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas.

Periodicamente, o Ministério da Cidadania convoca as famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil para atualizarem seus cadastros nos processos de Revisão Cadastral e Averiguação Cadastral. Em cada um desses processos, as famílias são organizadas em grupos, com prazos diferenciados para a atualização cadastral.

O pagamento do Programa Auxílio Brasil é realizado pela instituição financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é responsável pela emissão e entrega dos cartões e pelo atendimento aos beneficiários em seus canais de pagamento: agências, correspondentes lotéricos e correspondentes CAIXA. O município possui, atualmente, 19 canais de pagamento.

Quando uma família entra no Programa Auxílio Brasil, ela e o poder público assumem compromissos para garantir o acesso de suas crianças e adolescentes à saúde e à educação. Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades, sendo os seguintes:

- Crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura;
- Gestantes precisam fazer o pré-natal;
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês;
- Adolescentes que recebem o Bolsa Variável Jovem devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Em relação ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil, o município de Itajaí, 3.687 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação precisavam ter a frequência escolar acompanhada no terceiro período (jun/jul) de 2019. Dessas, foram acompanhadas 3.605, uma cobertura de acompanhamento de 97,78%. A média nacional é de 91,18% de acompanhamento na educação.

O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar muito bom, acima da média nacional. No entanto, é fundamental que a Gestão Municipal do PBF continue procurando identificar os beneficiários que estejam sem informação ou com informação desatualizada sobre a escola em que estudam (“não localizados”), realizando ações de orientações às famílias para que informem nas escolas que suas crianças e jovens são beneficiários do Programa Auxílio Brasil e para que atualizem o Cadastro Único quando houver mudança de escola, ou ainda realizando a busca ativa de beneficiários que estejam fora da escola. Também é importante tentar identificar e registrar adequadamente os motivos que levam os alunos com baixa frequência a descumprirem a condicionalidade, para que o poder público possa atuar no sentido de auxiliar a família a superar possíveis vulnerabilidades e identificar demandas sociais no território.

Em relação ao acompanhamento das condições de saúde, 6.302 beneficiários (as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde no segundo semestre de 2019. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e mulheres. O município conseguiu acompanhar 4.771 beneficiários (as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 75,71%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 79,71%.

Assim, o município de Itajaí possui um acompanhamento da agenda de saúde bom, mas ainda abaixo do resultado nacional. É fundamental que o gestor municipal do Programa Auxílio Brasil conheça e se articule com o coordenador municipal do Programa Auxílio Brasil na Saúde, que é o responsável técnico pelo monitoramento desse acompanhamento na Secretaria Municipal de Saúde. Podem ser realizadas ações de orientações às famílias para que informem que são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de saúde e para que atualizem o Cadastro Único quando mudarem de endereço; e planejar ações periódicas de busca ativa de famílias não acompanhadas pela saúde. Também é importante se organizar para registrar mensalmente as informações sobre as gestantes identificadas, as quais são elegíveis ao Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG).

As informações de descumprimento das condicionalidades de saúde e de situação nutricional devem servir de base para a articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde, para que atuem de forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias e na identificação de demandas sociais no território.

Em relação ao atendimento e acompanhamento pela Assistência Social das famílias que descumprem as condicionalidades, estas famílias podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício podendo chegar ao cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades que as famílias estejam vivenciando, pois demonstram que elas não estão acessando seus direitos sociais básicos à saúde e à educação. Nestes casos, é necessário que o poder público atue no sentido de auxiliar essas famílias a superar a situação de vulnerabilidade e a voltar a acessar esses serviços, retornando a cumprir as condicionalidades. Por isso, as famílias em descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que estão em fase de suspensão, são prioritárias no Atendimento/Acompanhamento pela assistência social no

município. O município apresenta 39 famílias em fase de suspensão no período acompanhado (julho de 2019).

3.2.1.2 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único é a base de dados do Governo Federal onde estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa.

O governo federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Auxílio Brasil, entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo município.

O município já vem realizando as atividades de cadastramento e possuía em setembro de 2019:

- 10.441 famílias inseridas no Cadastro Único;
- 8.883 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 7.248 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo;
- 6.325 famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com o cadastro atualizado.

A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 87,27%, enquanto que a média nacional encontra-se em 84,31%. A TAC é calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, multiplicado por cem.

Isso significa que o cadastro no seu município está bem focalizado e atualizado, ou seja, a maioria das famílias cadastradas pertence ao público alvo do Cadastro Único.

3.2.1.3 Índice de Gestão Descentralizada

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os municípios (IGD-M) mede mensalmente as Taxas de Atualização Cadastral e de Acompanhamento das Condições de Educação e Saúde. Com base neste índice, que varia de 0 (zero) a 1 (um), são calculados os repasses financeiros que o Ministério da Cidadania realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil.

Os repasses desses recursos são realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do seu município. O último repasse foi de R\$ 15.734, com base no índice 0,84 do IGD-M referente ao mês de agosto de 2019.

Se o IGD-M do município alcançasse o máximo, ou seja, fosse igual a 1 (um), o município receberia R\$ 24.589,50 mensalmente. Os valores financeiros calculados com base no IGD-M e repassados ao município no exercício corrente somam o montante de R\$ 120.932,51. Em agosto de 2019, havia em conta corrente do município (BL GBF FNAS) o total de R\$ 132.938,92.

A relação entre os recursos recebidos pelo seu município e o saldo em conta corrente mostra que o município está com uma execução muito baixa dos recursos transferidos pelo IGD-M no último ano. Importante verificar com o FMAS e o órgão financeiro do município o que aconteceu no período e fazer a reprogramação desses recursos para o ano de 2018, considerando essa disponibilidade de recursos no Plano de Ação 2018. Outro ponto a ser observado é a Portaria GM/MDS nº 517, de 20 de dezembro de 2017, que limita o repasse dos recursos do IGD-M de acordo com o montante financeiro em conta corrente do município.

É importante ressaltar que os recursos recebidos devem ser aplicados em melhorias da gestão do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil. Por isso, planejar bem as ações, eleger as prioridades e decidir sobre como e onde devem ser aplicados os recursos provenientes do IGD-M dentro da gestão do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil são tarefas sistemáticas que a Gestão local desempenha em conjunto com os responsáveis pela área orçamentária e financeira e pelas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

A deficiência em qualquer uma dessas áreas compromete o resultado da gestão do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil, afetando o recebimento de recursos financeiros do IGD-M. A síntese do IGD pode ser conferida no Quadro 11.

Quadro 11 Síntese do IGD em agosto de 2019.

Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento condicionalidades de Educação		Acompanhamento condicionalidades de Saúde		Fator de Operação	
Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município
82,87	84,86	89,80	97,67	76,08	71,33	82,90	84,68

Fonte: Ministério da Cidadania, 2019.

A participação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) também é vital durante todo o processo, desde o planejamento até a aprovação regular das contas. Esse relacionamento demonstra transparência e garante a continuidade do recebimento dos recursos.

A Coordenação Estadual é um importante parceiro do governo federal para o sucesso da gestão descentralizada do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil. Por isso, a aproximação entre as gestões municipais e estaduais e a integração de ações são fundamentais.

Em dezembro de 2018, o total de famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil no Município de Itajaí era de 3.429, o que corresponde a um valor total repassado no mês de R\$ 568.209,00.

3.2.1.4 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)

O BPC é um benefício individual, não vitalício e intransferível. Instituído pela Constituição Federal de 1988, o benefício garante a transferência de 1 (um) salário mínimo à pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família. Para ter direito ao benefício, o solicitante precisa comprovar que a renda mensal por pessoa da família é inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo. A quantidade de beneficiários do BPC pode ser conferida no Quadro 12.

Quadro 12 Número de beneficiários do BPC no município de Itajaí em setembro de 2018.

Indicador	Dados
Idosos beneficiários do BPC	955
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC	1.398

Fonte: Ministério da Cidadania, 2018.

3.2.1.5 Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos.

O município de Itajaí não possui Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. Entretanto, a construção de um banco de alimentos e de uma cozinha

comunitária foram propostas aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social. E a construção de um banco de alimentos, de uma cozinha comunitária, de um restaurante popular e a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos foram propostas aprovadas na V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí.

Diante do exposto, a implantação destes Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional foram incluídos nas metas deste I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí.

3.2.1.6 Agricultura Urbana

Agricultura Urbana é um conceito multidimensional, que inclui a produção, transformação e prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno porte) voltados ao autoconsumo ou comercialização, aproveitando-se de forma eficiente e sustentável dos recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

3.2.1.7 Alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE atende alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros, conforme Quadro 13.

Quadro 13 Repasses financeiros do FNDE para alimentação escolar no município de Itajaí no ano de 2018.

Indicador	Valor repassado (R\$)
Repasses financeiros do PNAE (total)	4.275.564,07

Fonte: PNAE Web/FNDE, 2018.

Os valores repassados pelo PNAE não são suficientes para fornecimento de uma alimentação escolar de qualidade, sendo imprescindível uma contrapartida significativa de recursos municipais, conforme Quadro 14.

Quadro 14 Recursos próprios do município de Itajaí destinados à alimentação escolar no ano de 2018.

Indicador	Valor repassado (R\$)
Repasses financeiros próprios do município de Itajaí para a Alimentação Escolar	16.586.538,90

Fonte: Portal da Transparência, 2018.

Em 2018, os recursos financeiros para a Alimentação Escolar, incluindo as verbas municipais e federais, totalizaram R\$ 20.862.102,97.

3.2.2 Políticas de incentivo à produção e à comercialização da agricultura familiar

O fortalecimento da agricultura familiar (AF) é uma das estratégias previstas para a promoção da alimentação adequada e saudável. Nos últimos anos, diversas políticas de fortalecimento desse setor foram implementadas pelo Governo Federal, como as de crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, proteção da produção e da renda, acesso à água e inclusão produtiva rural. Seguem dados da execução (ou não) de algumas delas em Itajaí.

3.2.2.1 Agricultura familiar no PNAE

Com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, com dispensa de licitação. A aquisição de alimentos da agricultura familiar em Itajaí, destinada ao PNAE, pode ser conferida no Quadro 15.

Quadro 15 Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Itajaí em 2014.

Indicador	Dados
Percentual na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF	41%
Valores das aquisições de gênero alimentícios diretamente da AF	R\$ 1.057.184,00

Fonte: FNDE, 2014

3.2.2.2 Promoção da produção orgânica e agroecológica

Não há dados sobre a produção orgânica e agroecológica em Itajaí. As produções que existem não são certificadas. No município, existe uma feira orgânica às quartas-feiras, das 7h às 13h, na Praça do Museu Histórico, porém são de produtores orgânicos de outros municípios. Os preços praticados são bastante acessíveis à população.

3.2.3 Políticas de SAN voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais

3.2.3.1 Programa Bolsa Família para Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs)

Quadro 16 Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos beneficiários do Programa Bolsa Família em dezembro de 2018.

Indicadores	Nº de famílias beneficiárias
Famílias quilombolas	0
Famílias indígenas	0
Famílias ciganas	0
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	0
Famílias extrativistas	0
Famílias de pescadores artesanais	2
Famílias ribeirinhas	1
Famílias de agricultores familiares	2
Famílias assentadas	0
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário	0
Famílias acampadas	0
Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura	0
Famílias com pessoa presa no sistema carcerário	5
Famílias em situação de rua	256
Famílias de catadores de material reciclável	23
Total	289

Fonte: MDS, 2018.

3.2.3.2 Bolsa Verde

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde consiste em um benefício trimestral concedido por dois anos às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas prioritárias para conservação ambiental, mediante a assinatura de um termo de adesão no qual são especificadas as atividades de conservação. O Programa visa aliar aumento de renda dessa população à conservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais. Informações desse Programa em Itajaí podem ser conferidas no Quadro 17.

Quadro 17 Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde em Itajaí em 2016.

Indicador	Nº de famílias
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde	1

Fonte: Matriz BSM/MDSA, 2016.

3.2.4 Políticas de Educação Alimentar e Nutricional

As atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em Itajaí são realizadas, rotineiramente, na rede socioassistencial, especialmente nos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), onde são realizadas Oficinas Culinárias de Aproveitamento Integral dos Alimentos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Rodas de Conversa sobre Alimentação Saudável e Acessível no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família).

Já na rede pública de saúde e de educação, as atividades de Educação Alimentar e Nutricional são realizadas esporadicamente e de maneira fragmentada.

A rede municipal de ensino está se estruturando para a inclusão do tema transversal de Educação Alimentar e Nutricional na educação infantil e no ensino fundamental, conforme determina a legislação vigente.

Com a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí, por meio da CAISAN, as Secretarias que compõem esta Câmara estão se articulando para que as ações de Educação Alimentar e Nutricional sejam realizadas periodicamente e intersetorialmente.

3.2.5 Políticas de promoção do acesso à água

3.2.5.1 Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água

O Programa tem o objetivo de promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Quadro 18 Abastecimento de água nas escolas da educação básica em Itajaí em 2016.

Indicador	Urbano	Rural
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição	100	60
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de poço artesiano	1	20
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de cacimba/cisterna/poço	0	13
Percentual de escolas da educação básica com abastecimento de água por meio de rio/igarapé/riacho/córrego	0	20
Percentual de escolas da educação básica sem abastecimento de água	0	0

Fonte: SESAN/MDSA, 2016.

3.2.5.2 Abastecimento de água nas escolas

Este campo se refere às infraestruturas e instalações necessárias para o fornecimento regular de água para consumo nas escolas, segundo as diferentes fontes de obtenção.

De acordo com levantamento realizado anualmente pelo Censo da Educação Básica (Censo Escolar) do INEP/MEC (2015), o abastecimento de água nas escolas de Itajaí é regular, sendo realizado pelo Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura (SEMASA).

4 DIRETRIZES DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ITAJAÍ

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí foi construído coletivamente e intersetorialmente, nas plenárias ordinárias e extraordinárias da CAISAN de Itajaí, a partir das deliberações da V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí (V CMSAN), encaminhamentos do COMSEA e da CAISAN, tendo como base as disposições constantes no Decreto Federal nº 7.272/2010. Estes processos envolveram mais de 300 (trezentas) pessoas da sociedade civil organizada, governo e população em geral, incluindo agricultores, comunidade acadêmica, técnicos e munícipes.

Os trabalhos para elaboração do planejamento para execução das ações previstas iniciaram após a V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí e finalizaram em 2021. Em 2019, foram realizados 5 (cinco) encontros presenciais na Secretaria Municipal de Assistência Social de Itajaí. No ano de 2020 foram realizados 14 (quatorze) encontros, sendo 2 (dois) presenciais na Secretaria Municipal de Assistência Social e 12 (doze) encontros remotos, devido à pandemia de Covid-19. E no ano de 2021 foi realizada a V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí+2, de forma híbrida, além de 6 (seis) encontros remotos para as deliberações finais. Todas as plenárias remotas da CAISAN foram realizadas por meio da plataforma *Jitsi Meet*, disponibilizada pela Prefeitura de Itajaí, e originaram atas, as quais foram publicadas no Jornal do Município, após aprovação dos participantes.

Participaram da elaboração do planejamento, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana, Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Diretoria de Vigilância Epidemiológica, Diretoria de Vigilância Sanitária, Fundação Municipal de Esportes e Lazer, Instituto Itajaí Sustentável e Serviço Municipal de Água, Saneamento e Infraestrutura.

Todos os representantes governamentais contribuíram ativamente na elaboração do planejamento, entretanto, somente os membros titulares das Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico e Agricultura e Expansão Urbana exerceram o direito ao voto, e na ausência dos titulares, os representantes suplentes destes órgãos governamentais, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 6.902 de 12 de junho de 2018 e no Decreto Municipal nº 11.822 de 17 de janeiro de 2020.

DIRETRIZ 1 - PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

OBJETIVO GERAL:

- Ampliar as condições de acesso da população à alimentação adequada e saudável e implantar equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Implantar equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como Banco de Alimentos, Cozinha Comunitária, Restaurante Popular e Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional.
- Favorecer para a população de Itajaí o acesso a alimentos saudáveis e refeições nutricionalmente balanceadas e de baixo custo.
- Ampliar o acesso da população à aquisição de pescados e alimentos da agricultura familiar.
- Promover o acesso dos estudantes da rede pública municipal de Itajaí a uma alimentação adequada, saudável e de qualidade por meio da alimentação escolar, incluindo alimentos orgânicos e Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCs).
- Facilitar a aquisição de alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio do Cartão Social.
- Realizar melhorias na concessão do benefício eventual Cartão Social, por meio da inclusão de crianças notificadas em Desnutrição Grave no público beneficiário, aumento do valor e do número de cartões disponibilizados e ampliação dos locais de uso do benefício.
- Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias de baixa renda ou de extrema pobreza, por meio de transferência direta de renda, aumento dos benefícios eventuais e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada.
- Melhorar a qualidade nutricional dos alimentos fornecidos em eventos públicos municipais.

Nº	AÇÕES	SUBAÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	FONTES DE RECURSOS	PRAZO	ODS
1.1	Criar um complexo de equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, abrangendo dentro do mesmo terreno, um Banco de Alimentos, uma Cozinha Comunitária e um Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Contemplar no PPA da Secretaria de Assistência Social o complexo de equipamentos de SAN, incluindo Banco de Alimentos, Cozinha Comunitária e Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional. - Garantir recursos financeiros na LOA para execução do complexo de equipamentos de SAN. - Elaborar os projetos necessários para construção da obra. - Realizar licitação da obra, equipamentos, materiais e utensílios. - Executar a obra e o projeto na íntegra. - Elaborar legislação específica que institui e normatiza o funcionamento dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional previstos no projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do complexo de equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, com Banco de Alimentos, Cozinha Comunitária e Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional. 	SAS Secretaria de Governo	CAISAN COMSEA PEMI 40 Procuradoria	PMI SAS Emendas Parlamentares	3	2; 10; 11; 12
1.2	Criar o Banco de Alimentos no município de Itajaí, com distribuição para grupos e pessoas em vulnerabilidade social. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Contemplar no PPA da Secretaria de Assistência Social o projeto do Banco de Alimentos. - Garantir recursos financeiros na LOA para execução do projeto do Banco de Alimentos. - Elaborar os projetos necessários para execução da obra. - Realizar licitação da obra, equipamentos e materiais necessários. - Executar a obra e o projeto. - Elaborar legislação específica que institui e normatiza o funcionamento do Banco de Alimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do Banco de Alimentos. 	SAS Secretaria de Governo Secretaria da Fazenda	CMAS CAISAN COMSEA PEMI 40 Procuradoria	PMI SAS Emendas Parlamentares	2	2; 12
1.3	Criar a Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> - Contemplar no PPA da Secretaria de 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Cozinha 	SAS	PEMI 40	PMI	3	2; 9;

	Comunitária no município de Itajaí. ^{1,4}	<p>Assistência Social o projeto da Cozinha Comunitária.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir recursos financeiros na LOA para execução do projeto da Cozinha Comunitária. - Elaborar os projetos necessários para construção da obra. - Realizar licitação da obra, equipamentos, materiais e utensílios. - Executar o projeto da Cozinha Comunitária. - Elaborar legislação específica que institui e normatiza o funcionamento da Cozinha Comunitária. - Realizar cursos de qualificação profissional, voltadas à produção de alimentos, para geração de emprego e renda. - Realizar parceria com o Banco de Alimentos (quando instituído), para fornecimento de matéria-prima para realização dos cursos de desenvolvimento profissional a serem ofertados na Cozinha Comunitária. 	Comunitária.	Secretaria de Governo	CAISAN COMSEA CMAS Procuradoria	SAS Emendas Parlamentares		10; 12
1.4	Implantar no município o Restaurante Popular, com preços acessíveis e apoio da Prefeitura e sociedade civil organizada. ^{1,4}	<ul style="list-style-type: none"> - Contemplar no PPA da Secretaria de Assistência Social o projeto do Restaurante Popular. - Garantir recursos financeiros na LOA para execução do Restaurante Popular. - Elaborar os projetos necessários para construção da obra. - Realizar licitação da obra, equipamentos, materiais e utensílios. - Executar o projeto do Restaurante Popular. - Elaborar legislação específica que institui e normatiza o funcionamento do 	- Implantação do Restaurante Popular.	SAS Secretaria de Governo Secretaria da Fazenda	CMAS CAISAN COMSEA PEMI 40 Procuradoria	PMI SAS Emendas Parlamentares	3	2; 9; 10; 12

		<p>Restaurante Popular.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar parceria com o Banco de Alimentos (quando instituído), para fornecimento de matéria-prima para produção de refeições no Restaurante Popular. 						
1.5	<p>Instituir no cardápio da Alimentação Escolar preparações contendo Plantas Alimentícias Não-Convencionais, alimentos orgânicos e preparações com o aproveitamento integral de frutas, leguminosas e hortaliças. ^{1,2}</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar o aumento da produção de PANCs. - Divulgar para agricultores interessados. - Introduzir PANCs na licitação de hortifrútis ou chamada pública do Município. - Criar receitas que sejam nutritivas e bem aceitas com estes produtos. - Introduzir nos cardápios da alimentação escolar. - Criar atividades de EAN para trabalhar estes novos alimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução de PANCs nos cardápios da alimentação escolar. - Aumento do número de preparações com o aproveitamento integral de alimentos nos cardápios da Alimentação Escolar. 	SME SEAGRU	CAE CAISAN COMSEA EPAGRI	PMI FNDE PNAE	1	12
1.6	<p>Fornecimento de alimentos específicos para as crianças portadoras de fenilcetonúria. ³</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as crianças fenilcetonúricas no município. - Garantir o fornecimento de dieta especial à criança com fenilcetonúria na alimentação escolar. - Orientar os manipuladores de alimentos e os pais quanto à manipulação dos mesmos para evitar possíveis contaminações cruzadas. - Estabelecer um fluxo de acompanhamento nutricional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de crianças identificadas e atendidas. 	SMS SME	SAS	PMI SMS SME	2	12
1.7	<p>Fomentar o fornecimento de preparações saudáveis nos <i>coffee-breaks</i> de eventos (cursos,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar os gestores públicos quanto à importância do fornecimento de alimentos saudáveis nos eventos da Prefeitura de Itajaí. - Elaborar opções de cardápios saudáveis para os eventos da Prefeitura, com o auxílio de 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Coffee break</i> saudável nos eventos da Prefeitura de Itajaí 	CAISAN Setor de compras e licitações da PMI	Todas as Secretarias Municipais	PMI	1	12

	conferências, seminários, entre outros) realizados pela Prefeitura de Itajaí. ²	Nutricionistas da Prefeitura. - Licitar <i>coffee-breaks</i> saudáveis.						
1.8	Implementação do Programa Peixe nos Bairros (Caminhão do Peixe). ³	- Garantir a continuidade do Programa Peixe nos Bairros (Caminhão do Peixe). - Divulgação dos horários e locais do Caminhão do Peixe, por meio de cartilha e placas em pontos estratégicos (espaços públicos e privados). - Elaboração de cartilha para distribuição no Caminhão do Peixe com receitas à base de pescados e cronograma de funcionamento.	- Número de placas instaladas. - Número de cartilhas distribuídas.	SDE	COOPERAR	PMI SDE	1	2; 3 e 12
1.9	Viabilizar a utilização do Cartão Social como meio de pagamento em feiras, bem como dos produtos da agricultura familiar e pescados adquiridos no Caminhão do Peixe, facilitando a comercialização destes. ^{1, 2}	- Estabelecer estratégias com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e com a administradora do Cartão Social para que as pessoas possam utilizá-los em feiras.	- Utilização do Cartão Social no Caminhão do Peixe, em feiras e na comercialização de produtos da agricultura familiar.	SAS Secretaria de Governo	CMAS CAISAN COMSEA Secretaria da Fazenda Administradora do Cartão Social	PMI SAS	1	2; 3 e 12
1.10	Revisar o diagnóstico situacional do benefício eventual Cartão Social (Lei nº 6.828/2017), contemplando: 1) aumento do valor	- Verificar a viabilidade do aumento do repasse financeiro conforme número de pessoas da família. - Alterar a legislação do Cartão Social. - Aumentar o valor disponibilizado pela PMI para os benefícios eventuais da SAS.	- Revisão do diagnóstico situacional do benefício eventual Cartão Social conforme descrito na proposta.	SAS Secretaria de Governo Secretaria da Fazenda	CMAS CAISAN COMSEA	PMI SAS	2	10; 11 e 17

	<p>monetário do benefício disponibilizado conforme o número de pessoas da família, 2) ampliação da quantidade de cartões disponíveis para concessão por Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e 3) ampliação dos locais de uso do cartão, incluindo grandes redes de supermercado. ¹</p>	<p>- Articular com estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios a utilização do cartão social como meio de pagamento.</p>						
1.11	<p>Fornecimento do benefício eventual Cartão Social às pessoas em quadro de vulnerabilidade social associada ao quadro de desnutrição grave de origem primária, por meio de avaliação conjunta de profissionais assistente social e nutricionista da Secretaria Municipal de Assistência Social. ³</p>	<p>- Identificar os casos de desnutrição grave de origem primária. - Estabelecer fluxo de encaminhamento das pessoas em quadro de desnutrição grave de origem primária para a rede socioassistencial e demais serviços públicos que se fizerem necessários. - Realizar avaliação e acompanhamento conjunto entre os profissionais assistente social e nutricionista da Secretaria Municipal de Assistência Social. - Garantir o fornecimento do benefício eventual Cartão Social às pessoas em quadro de desnutrição grave de origem primária.</p>	<p>- Número de casos notificados de desnutrição grave de origem primária. - Número de benefícios eventuais fornecidos.</p>	<p>SAS SMS DVE</p>	<p>SDE</p>	<p>PMI SAS SMS</p>	<p>1</p>	<p>1 e 3</p>

1.12	Criar incentivos fiscais para que as empresas privadas envolvidas na cadeia produtiva de alimentos possam contribuir com o Banco de Alimentos e/ou Cozinha Comunitária. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar projeto de lei pelo executivo, para que sejam permitidos incentivos fiscais aos parceiros do Banco de Alimentos e/ou Cozinha Comunitária. - Aprovar o PL na CVI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação regulamentando incentivos fiscais aos parceiros. 	SAS SDE Secretaria de Governo Secretaria da Fazenda	CMAS CAISAN COMSEA	PMI	3	2; 16; e 17
------	---	--	---	--	--------------------------	-----	---	-------------

DIRETRIZ 2 - PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS SUSTENTÁVEIS E DESCENTRALIZADOS, DE BASE AGROECOLÓGICA, DE PRODUÇÃO, EXTRAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

OBJETIVO GERAL:

- Fomentar a produção e comercialização de alimentos, preferencialmente, da agricultura familiar local, agroecológicos e sustentáveis.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Instituir um Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana em Itajaí (PMAUP).
- Favorecer a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
- Fomentar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos locais e regionais de produção, comercialização e consumo, para a garantia do acesso regular e permanente da população a alimentos de qualidade, diversificados, em quantidades suficientes e observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.
- Identificar e fomentar feiras livres que no município, bem como locais de compra direta do produtor.
- Identificar e mapear os agricultores locais, bem como os gêneros produzidos pelos mesmos.
- Mapear, em parceria com a Estratégia Saúde da Família, as feiras existentes nas microáreas de cada bairro.
- Incentivar a compra institucional de produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Fomentar a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.
- Garantir a aquisição de alimentos orgânicos para a alimentação escolar, conforme recomendação da legislação vigente.
- Estimular a produção de alimentos saudáveis e orgânicos, por meio da implantação de hortas em terrenos baldios e demais espaços públicos.

Nº	AÇÕES	SUBAÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	FONTES DE RECURSOS	PRAZO	ODS
2.1	Fomentar Políticas Públicas para transição da agricultura convencional para a agroecológica/agricultura orgânica, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com a EPAGRI ações de ATER específica para agricultores familiares interessados. - Firmar convênio para fomentar a transição agroecológica. - Implantar Unidades de Referência Técnica (URT) em Sistema Orgânico de Produção de Hortaliças. 	- Implementação das Políticas Públicas de transição da agricultura convencional para a agroecológica e/ou orgânica por meio da ATER.	SEAGRU	CMDRS EPAGRI COMSEA CAISAN INIS	PMI SEAGRU	3	2, 3, 8, 11 e 12
2.2	Criar um Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de base Orgânica e Agroecológica, com meta de implantação do Programa de 50% nos próximos 4 anos, e conclusão em 8 anos. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Formar Comissão dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) para elaboração do PMAUP. - Elaborar o PMAUP. - Executar o PMAUP. 	- Criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de base Orgânica e Agroecológica.	SEAGRU	CAISAN COMSEA EPAGRI CMDRS SDE	PMI SEAGRU	3	8, 11 e 12
2.3	Promover e estimular ações locais e sociais voltadas à produção de alimentos saudáveis, como por exemplo: Programa de Agricultura Familiar, hortas pedagógicas, feiras	<ul style="list-style-type: none"> - Articular parceria com o Instituto Itajaí Sustentável, Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura e demais Secretarias interessadas, para possibilitar a implantação das hortas em espaços públicos. - Implantar Unidades de Referência Técnica em Sistema Orgânico de Produção de Hortaliças. - Incentivar e capacitar o corpo discente 	- Número de ações realizadas.	SEAGRU SME INIS SAS SDE	CAISAN COMSEA CMDRS CAE Sec. Obras	PMI FNDE PNAE SME Sec. Obras INIS SAS SDE	2	2, 3, 4, 8, 11 e 12

	livres, Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares, empreendimentos econômicos solidários, dentre outros. ¹	<p>e docente para implantação e implementação de hortas em suas unidades escolares e demais equipamentos públicos interessados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular o uso dos produtos cultivados nas hortas escolares em receitas da alimentação escolar. - Realizar atividades de Educação Alimentar e Nutricional nas hortas implantadas. - Realizar concurso de receitas saudáveis com as merendeiras, fazendo uso dos produtos cultivados na horta. 						
2.4	Implantar estratégias de comercialização de produtos da Agricultura Familiar no modelo de feiras fixas e itinerantes, nas comunidades mais distantes e bairros com maior vulnerabilidade social. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir agricultores interessados em participar. - Organizar as ofertas e demandas. - Organizar a logística para transporte e montagem das feiras. - Divulgar as feiras para a comunidade em geral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de feiras de produtos da agricultura familiar implantadas no município. 	SEAGRU SDE SAS Secretaria de Governo	Procuradoria CMAS CAISAN COMSEA CMDRS	PMI SEAGRU SDE	2	2, 8, 11 e 12
2.5	Adquirir veículo e equipar para a realização de feiras itinerantes para comercialização de hortifrutigranjeiros, diretamente do produtor/agricultor familiar, com custo acessível para a população em	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir o projeto no PPA da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana. - Garantir recursos financeiros na LOA para aquisição do veículo e demais materiais para execução e manutenção do projeto. - Viabilizar os recursos humanos e materiais necessários para a execução e implementação do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição do veículo. - Número de bairros contemplados com as feiras itinerantes. - Número de famílias atendidas. 	SDE SEAGRU	COMSEA CAISAN	PMI Emendas Parlamentares	2	1, 2, 8 e 12

	vulnerabilidade social. ⁴							
2.6	Aproximar as Secretarias Municipais, para fomentar a organização social da Agricultura Familiar no município, aderindo ao Programa de Aquisição de Alimentos (diversas modalidades), incentivando a compra de produtos da agricultura familiar nos editais de órgãos públicos. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com as Secretarias afins para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas. - Fortalecer/assessorar a agricultura familiar no município. - Normatizar, por Lei, o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Itajaí, nas suas diversas modalidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos nas diversas modalidades. - Abertura de chamada pública para aquisição de produtos da agricultura familiar pelas Secretarias municipais. 	SEAGRU SDE SAS	CAISAN COMSEA CMDRS	PMI SEAGRU SDE	2	8, 12, 11, 16 e 17
2.7	Garantir que nos 30% dos produtos oriundos da agricultura familiar, adquiridos para a Alimentação Escolar, sejam contemplados produtos orgânicos, obedecendo aos critérios de priorização (local/regional). ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir novos produtos orgânicos na chamada pública para agricultura familiar, para atender a alimentação escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Percentual atingido com a aquisição de alimentos orgânicos. 	SME SEAGRU	CAE CAISAN COMSEA CMDRS	FNDE PNAE PMI	1	2, 3, 4, 11, 12 e 17
2.8	Fomentar hortas em terrenos baldios e em espaços públicos (escolas, Unidades de	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar hortas nos equipamentos públicos. - Articular a implantação das hortas com as Secretarias envolvidas. 	Número de hortas convencionais agroecológicas e de fitoterápicos	SEAGRU SAS SME SMS	Secretaria de Obras COMSEA CAISAN	SEAGRU SAS SME SMS	2	2, 3, 4, 11, 12 e 15

	<p>Saúde, rede socioassistencial, Centro de Educação Ambiental do Instituto Itajaí Sustentável, Centros de Arte e Lazer, Centros de Múltiplo Uso e Centro de Convivência do Idoso), para que possam cultivar alimentos agroecológicos, Plantas Alimentícias Não-Convencionais e/ou fitoterápicos, para promoção da Educação Alimentar, Nutricional e Ambiental. ¹</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formar Grupo de Trabalho para construção do Plano de Ação. - Executar e divulgar as ações. - Realizar atividades de Educação Alimentar e Nutricional que estimulem o cultivo de alimentos. 	<p>implantadas em terrenos baldios e espaços públicos.</p>	<p>INIS SEDAC</p>	<p>EPAGRI</p>	<p>INIS SEDAC Sec. Obras</p>		
<p>2.9</p>	<p>Criar incentivos fiscais para proprietários de terrenos urbanos privados, que sejam disponibilizados voluntariamente para implantação de hortas urbanas. ¹</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar projeto de lei pelo executivo, para que seja permitida a realização dos serviços em terrenos privados. - Aprovar o PL na CVI. - Assinatura de um termo de compromisso entre o proprietário e o Poder Público. 	<p>- Terrenos privados disponibilizados para hortas urbanas.</p>	<p>Secretaria de Governo Secretaria de Fazenda</p>	<p>SEAGRU INIS CAISAN COMSEA CMDRS Procuradoria</p>	<p>PMI</p>	<p>3</p>	<p>11, 12 e 16</p>
<p>2.10</p>	<p>Mapear e divulgar as feiras livres e sacolões hortifrutigranjeiros, bem como mapear e</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar levantamento na SEAGRU para mapeamento das feiras e produtores locais - Realizar parceria com a Estratégia Saúde da Família para mapeamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento e divulgação das feiras livres e sacolões. - Atualização do cadastro dos 	<p>SEAGRU</p>	<p>CAISAN COMSEA SMU SMS (DIVS/ESF)</p>	<p>PMI</p>	<p>1</p>	<p>11 e 16</p>

	atualizar o cadastro dos produtores locais. ^{1, 4}	das feiras existentes nas microáreas de cada bairro. - Divulgar para a população, por meio do COMSEA, as feiras livre e sacolões hortifrutigranjeiros existentes no município. - Realizar cadastramento dos produtores locais, inclusive da agricultura familiar, incluindo informações acerca dos gêneros alimentícios e quantitativo produzido ao ano.	produtores locais.		SME			
2.11	Adaptar a agenda do Caminhão do Peixe para que, juntamente com a comercialização de pescados, se promova a comercialização de produtos da agricultura familiar no mesmo dia/local. ¹	- Realizar levantamento das agendas do Caminhão do Peixe e das feiras existentes nos diversos bairros do município. - Articular com o responsável pelo Caminhão do Peixe, para conciliar a agenda deste com as feiras existentes no município, em relação à data, período (matutino ou vespertino) e local. - Divulgar para a população esta ação.	- Agenda do Caminhão do Peixe adaptada à agenda de feiras de produtos da agricultura familiar.	SEAGRU SDE	CAISAN COMSEA	SDE	1	2 e 12
2.12	Criar um ponto itinerante de troca de recicláveis por alimentos. ⁴	- Estabelecer parceria com a cooperativa de recicláveis do município. - Definir critérios e fluxo de troca de recicláveis por alimentos.	- Número de atendimentos realizados.	SAS INIS	COMSEA CAISAN	SAS INIS	2	1, 2, 6 e 12

DIRETRIZ 3 - INSTITUIÇÃO DE PROCESSOS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PESQUISA E FORMAÇÃO NAS ÁREAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

OBJETIVO GERAL:

- Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais de diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Adquirir veículo e equipar para a realização de oficinas culinárias itinerantes, para promoção da alimentação adequada, saudável e de baixo custo, bem como oficinas para geração de emprego e renda para pessoas em vulnerabilidade social, mulheres chefes de família e população em geral.
- Fomentar ações e projetos de Educação Alimentar e Nutricional, bem como de Segurança Alimentar e Nutricional, em Itajaí.
- Estimular a sociedade civil organizada a atuar com os componentes: alimentação, nutrição e consumo saudável.
- Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.
- Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis.
- Ampliar as ações de Educação Alimentar e Nutricional aos usuários da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, considerando as especificidades dos desportistas, atletas e paratletas atendidos pelo município.
- Disponibilizar profissionais para realização das oficinas, cursos e capacitações, voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional.
- Confeccionar e adquirir materiais educativos para todas as Secretarias que desenvolvam ações de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Fomentar a inovação tecnológica nas ações de Educação Alimentar e Nutricional e de Segurança Alimentar e Nutricional.

- Instituir o Programa de Educação Sanitária para Manipuladores de Alimentos, retomando as palestras de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos e instituindo a modalidade de ensino à distância (EAD) da referida capacitação.
- Implantar o EDUCANVISA nas escolas.
- Fomentar projetos de extensão vinculados às instituições de ensino superior.
- Ampliar parcerias para a formação, o monitoramento, a avaliação e o desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas referentes à execução de ações de Educação Alimentar e Nutricional e de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Divulgar, por meio da mídia, ações e projetos de Educação Alimentar e Nutricional e de Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvidos nos diversos órgãos públicos, para que a população tenha acesso e conhecimento dos mesmos.
- Criar o mês da Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de divulgar, fomentar e fortalecer as ações e políticas públicas que promovam o Direito Humano à Alimentação Adequada, instâncias de gestão (CASAN), participação e de controle social (COMSEA), na área de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nº	AÇÕES	SUBAÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	FONTES DE RECURSOS	PRAZO	ODS
3.1	Adquirir veículo tipo <i>food truck</i> com cozinha móvel para a realização de oficinas de aproveitamento integral dos alimentos, alimentação adequada e saudável, produção de compotas e geleias, entre outras, de forma itinerante nos bairros do município. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir o projeto do <i>foodtruck</i> no PPA da Secretaria de Assistência Social. - Garantir recursos financeiros na LOA para aquisição do veículo e demais materiais para execução e manutenção do projeto. - Apresentar proposta com objetivos para aprovação de orçamento no Conselho Municipal de Assistência Social. - Disponibilizar profissionais para realização das oficinas. - Elaborar material com receitas de aproveitamento integral dos alimentos, já utilizadas na alimentação escolar, bem como outras receitas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição do veículo. - Número de oficinas realizadas. - Número de participantes nas oficinas. 	SAS SMS SME SEAGRU SDE	SECOM PEMI 40	PMI Emendas Parlamentares	3	4 e 12

3.2	<p>Promover oficinas e ações periódicas de Educação Alimentar e Nutricional em Unidades de Saúde, escolas, equipamentos da rede Socioassistencial, Centros de Artes e Lazer, Centros de Múltiplo Uso, Centro de Convivência do Idoso e para usuários do Cadastro Único e alunos da FMEL, por meio de parcerias entre as Secretarias que compõem a CAISAN, Instituto Itajaí Sustentável, outras Secretarias e entidades afins. ¹</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e reproduzir materiais de Educação Alimentar e Nutricional, para distribuição à população nas Unidades de Saúde, unidades escolares, equipamentos da rede socioassistencial e demais equipamentos públicos. - Fomentar hortas domésticas e em equipamentos públicos. - Incentivar preparações saudáveis com aproveitamento integral dos alimentos. - Realizar segunda edição do concurso de aproveitamento integral de alimentos com as merendeiras das unidades escolares. - Realizar segunda edição do concurso de melhores atividades de Educação Alimentar e Nutricional com ensino infantil e fundamental. - Promover atividades que melhorem a aceitação dos alimentos menos conhecidos pelos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de atividades de EAN realizadas na rede pública de saúde, educação e socioassistencial. 	<p>SMS SME SAS SEDAC</p>	<p>CAISAN INIS FMEL SEAGRU COMSEA</p>	<p>PMI SMS SME SAS SEDAC INIS FMEL SEAGRU</p>	<p>1</p>	<p>2, 3, 4, 11, 12 e 16</p>
3.3	<p>Confeccionar e adquirir materiais de Educação Alimentar e Nutricional, através das Secretarias que compõem a CAISAN. ¹</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar, confeccionar, adquirir e divulgar materiais de EAN em parceria com as Secretarias afins, através de planejamento conjunto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de materiais produzidos. - Número de materiais adquiridos. 	<p>SAS SMS SME SEAGRU SDE</p>	<p>SECOM</p>	<p>SAS SMS SME SEAGRU SDE</p>	<p>1</p>	<p>4 e 12</p>
3.4	<p>Viabilizar investimentos do governo municipal, para divulgar políticas públicas e promover ações de Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar recursos financeiros para confecção de materiais de divulgação. - Divulgar, através de mídia, as ações de SAN. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de ações de divulgação realizadas nas diversas mídias. 	<p>SAS SMS SME SEAGRU SDE</p>	<p>SECOM SETEC</p>	<p>SAS SMS SME SEAGRU SDE</p>	<p>2</p>	<p>4, 12, 16 e 17</p>

	Alimentar e Nutricional e de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de TV, vídeos do YouTube, aplicativos de celular, materiais impressos, dentre outros. ¹							
3.5	Incentivar e estimular a Educação Alimentar e Nutricional nas escolas do município, por meio da formação de professores multiplicadores, que trabalharão a Segurança Alimentar e Nutricional de forma transversal em sala de aula. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar cursos e capacitações com os educadores. - Oferecer ferramentas e materiais para que as atividades sejam desenvolvidas com excelência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de treinamentos realizados com os professores. - Número de temas abordados nas capacitações. 	SME	CAISAN COMSEA CAE CRE INIS DIVS SMS SAS	PMI SME	1	4, 12 e 17
3.6	Estabelecer parceria entre o Programa Saúde na Escola (PSE) e a CAISAN. ³	CAISAN participar do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI) do PSE.	Número de participações da CAISAN no GTI do PSE.	SMS SME	CAISAN	PMI	1	4 e 17
3.7	Implantar o EDUCANVISA em todas as escolas da rede pública municipal, incluindo temas de Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular os diretores a implantarem o EDUCANVISA na sua unidade escolar. - Disponibilizar tempo para que os professores tenham acesso a estas informações. - Acompanhar, através do CAE, o repasse das informações para os alunos através de atividades em sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de unidades escolares participantes do EDUCANVISA. 	SMS (DIVS) SME	CAISAN COMSEA CAE SEAGRU VISA-SC	SMS (DIVS) SME	2	4, 12 e 17

	Alimentação Adequada, Agroecologia e Educação Alimentar e Nutricional, para que os professores sejam multiplicadores em sala de aula. ¹							
3.8	Retornar, urgentemente, as palestras de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos, ministradas presencialmente e gratuitamente pela Diretoria de Vigilância Sanitária de Itajaí, abrangendo os temas estabelecidos na Resolução RDC nº 216/2004 e disponibilizar a população a modalidade de ensino à distância da referida capacitação. ^{1,3}	<ul style="list-style-type: none"> - Articular, através da DIVS, o retorno das palestras de Boas Práticas para manipuladores de alimentos, presenciais e gratuitas. - Garantir espaço físico adequado, com profissional qualificado, para execução das capacitações. - Divulgar na imprensa local e estabelecimentos que produzem e/ou comercializam gêneros alimentícios o retorno das palestras de Boas Práticas. - Implantar a capacitação em Boas Práticas na Manipulação de Alimentos na modalidade de ensino à distância (EAD), de forma complementar, e não substituta, à Palestra de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos, ministrada pela Diretoria de Vigilância Sanitária de Itajaí. - Normatizar o Programa de Educação Sanitária para Manipuladores de Alimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Retorno das palestras de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos gratuitas e presenciais ministradas pela Diretoria de Vigilância Sanitária de Itajaí e implantação da mesma na modalidade EAD. - Criação, por meio de lei, do Programa de Educação Sanitária para Manipuladores de Alimentos. 	SMS (DIVS)	CAISAN COMSEA SMU	PMI SMS (DIVS)	1	4
3.9	Fomentar e apoiar projetos de extensão, vinculados às instituições de ensino superior, relacionados à SAN. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Articular o fomento e apoio de projetos de extensão relacionados a SAN em parceria com os órgãos competentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de projetos de extensão implantados. - Número de parcerias realizadas. 	SME SAS SMS	SEAGRU EPAGRI UNIVALI UNISOCIESC	PMI	1	4 e 17

3.10	Divulgar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica I e II em mídias, governos municipais, Universidades e Escolas Técnicas. ¹	- Realizar divulgação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica I e II.	- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica I e II divulgado.	SEAGRU SECOM	CAISAN COMSEA INIS CMDRS EPAGRI UNIVALI UNISOCIESC IFSC Demais instituições de ensino técnico/superior	PMI	1	2, 12 e 17
3.11	Criar, por meio de lei, o mês de Segurança Alimentar e Nutricional em Itajaí, para mobilização das ações relacionadas ao tema nos mais diversos órgãos da administração pública direta e indireta. ¹	- Elaborar projeto de lei para criação do mês da Segurança Alimentar e Nutricional em Itajaí. - Aprovar o PL através da CVI.	- Criação, por meio de lei, do mês da Segurança Alimentar e Nutricional.	CAISAN Gabinete do Prefeito	COMSEA Procuradoria CVI	PMI	1	16 e 17
3.12	Traçar o perfil da Insegurança Alimentar e Nutricional dos usuários dos equipamentos da rede socioassistencial em Itajaí. ⁴	- Elaborar projeto para aplicação da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) na rede socioassistencial, ou outro instrumento de pesquisa adequado para traçar o perfil da Insegurança Alimentar e Nutricional no município. - Qualificar os servidores da rede socioassistencial em relação à EBIA. - Definir amostrar e realizar projeto-piloto para aplicação da EBIA. - Realizar parceria com a Universidade para coleta e análise dos dados.	- Número de questionários da EBIA aplicados na rede socioassistencial. - Documento com o perfil da Insegurança Alimentar e Nutricional no município de Itajaí.	SAS	CAISAN SMS SME Universidade	PMI SAS	1	1 e 10

DIRETRIZ 4 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS DA ATENÇÃO À SAÚDE, DE MODO ARTICULADO ÀS DEMAIS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

OBJETIVO GERAL:

- Fortalecer a Vigilância Alimentar e Nutricional, de forma a controlar e prevenir agravos e doenças, decorrentes da insegurança alimentar e nutricional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Garantir o Programa de Fórmulas Nutricionais Especializadas por meio de legislação.
- Manter a oferta de fórmulas nutricionais especializadas aos pacientes acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- Incluir o Programa de Fórmulas Nutricionais Especializadas no Plano Plurianual (PPA) da Secretaria Municipal de Saúde.
- Fortalecer a intersetorialidade entre as Secretarias de Saúde e de Educação, de maneira a garantir a oferta de alimentos para indivíduos com restrições alimentares.
- Instituir por Decreto o Grupo Técnico Intersetorial para o Cuidado ao Sobrepeso e Obesidade no município.
- Estabelecer protocolo com fluxos de encaminhamentos de pessoas com sobrepeso ou obesidade para os diversos serviços públicos municipais.
- Identificar as fragilidades na rede pública de saúde e de educação no cuidado ao sobrepeso e obesidade.
- Reduzir as prevalências de sobrepeso e de obesidade em todos os ciclos de vida.
- Prevenir e controlar as carências nutricionais.
- Aumentar as atividades de avaliação antropométrica, avaliação nutricional, ações de segurança alimentar e nutricional e de promoção da alimentação adequada e saudável.
- Criar rubrica específica para as ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nº	AÇÕES	SUBAÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	FONTES DE RECURSOS	PRAZO	ODS
4.1	Normatizar o Programa de Fórmulas Nutricionais Especializadas (leites especiais, dietas enterais e suplementos alimentares) por meio de Lei. ²	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar projeto de lei para instituição do Programa de Fórmulas Nutricionais Especializadas na SMS. - Aprovar o PL através do CVI. - Incluir o Programa de Fórmulas Nutricionais Especializadas no PPA da SMS. - Garantir recursos na LOA para execução do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e tornar vigente a legislação do Programa de Fórmulas Nutricionais Especializadas. 	SMS	CAISAN COMSEA CVI	PMI SMS	1	3 e 16
4.2	Ampliar a assistência prestada pelos serviços municipais às pessoas com necessidades alimentares especiais. ^{1, 3}	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a oferta de fórmulas nutricionais especializadas aos pacientes acompanhados pela SMS. - Manter a oferta de fórmulas infantis para os alunos com necessidades especiais, fornecidas através da SME. - Manter lista de substituição e a oferta de cardápios individualizados para alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de pessoas com restrições alimentares assistidas nas Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Promoção da Cidadania e Fundação Municipal de Esportes e Lazer. 	SMS SME SAS SEDAC FMEL	CAISAN COMSEA	PMI SMS SME	2	3
4.3	Criar um Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional (CREAN). ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Contemplar no PPA da Secretaria de Assistência Social o Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional. - Garantir recursos financeiros na LOA para execução do CREAN. - Elaborar os projetos necessários para construção da obra. - Realizar licitação da obra, equipamentos, materiais e utensílios. - Executar o projeto na íntegra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional. 	SAS Secretaria de Governo	CAISAN COMSEA	PMI SAS	3	2, 4, 12 e 16
4.4	Criar rubrica	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e garantir dotações 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de rubrica 	SAS	Fundos	PMI	1	16

	específica para as ações de Segurança Alimentar e Nutricional nas Secretarias que desenvolvam ações de SAN. ¹	orçamentárias específicas em conjunto com as Secretarias envolvidas com a SAN.	específica para ações de SAN criadas.	SMS SME SEAGRU INIS	Municipais das Secretarias envolvidas (que possuem) / Setor de Contabilidade / Financeiro (das que não possuem)			
4.5	Organização e implantação da Linha de Cuidado Intersetorial do Sobrepeso e Obesidade e outras Doenças Crônicas Não Transmissíveis. ^{3,4}	<ul style="list-style-type: none"> - Criar Grupo Técnico Intersetorial para o Cuidado ao Sobrepeso e Obesidade no município. - GT participar da elaboração do Plano Municipal Intersetorial para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. - Criar um fluxo de acompanhamento e atendimento intersectorial para pessoas com sobrepeso ou obesidade. - GT elaborar relatório intersectorial anual dos atendimentos e atividades desenvolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição do Grupo Técnico. - Número de reuniões realizadas. - Número de encaminhamentos realizados. - Relatório intersectorial anual do GT. 	SMS SAS SME FMEL	CAISAN COMSEA	PMI	2	3
4.6	Fortalecer estratégias de incentivo do aleitamento materno e promoção da alimentação complementar saudável. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver/criar uma rede de apoio intersectorial que fortaleça o aleitamento materno; - Incentivar e apoiar o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e continuado até dois anos de idade ou mais e a doação ao banco de leite; - Implementação de ações de promoção da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de crianças em aleitamento materno. 	SMS SME SAS	CAISAN COMSEA	PMI	1	2, 3, 4 e 17
4.7	Garantir o	- Estabelecer como campo de	- Relatório com	SMS	CAISAN	PMI	2	16

	preenchimento obrigatório dos dados antropométricos no prontuário eletrônico da Secretaria Municipal de Saúde. ³	preenchimento obrigatório no prontuário eletrônico da SMS os dados de peso e altura coletados na pré-consulta.	diagnóstico do estado nutricional das pessoas assistidas na rede pública de saúde.		COMSEA	SMS		
4.8	Realizar projeto piloto para chamada nutricional com os alunos da rede pública de educação e da Fundação Municipal de Esportes e Lazer. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parcerias com universidades para realização da chamada nutricional. - Realizar projeto piloto para avaliação do estado nutricional dos escolares e alunos da FMEL. - Garantir recursos para aquisição de equipamentos para avaliação antropométrica e computadores para registro dos dados coletados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório com diagnóstico do estado nutricional dos escolares e alunos da FMEL. 	SME FMEL	Universidades CAISAN COMSEA	PMI	3	3, 16 e 17
4.9	Garantir atendimento prioritário das crianças com diagnóstico confirmado de desnutrição grave, a fim de favorecer a recuperação nutricional em, no máximo, 12 meses, com fluxo de encaminhamento para demais órgãos que se fizerem necessários. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer fluxo de encaminhamento das crianças notificadas em desnutrição grave para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação. - Garantir fornecimento de alimentação escolar que atenda as necessidades nutricionais da criança notificada em desnutrição grave. - Garantir concessão de Cartão Social às crianças notificadas em desnutrição grave com etiologia de origem primária. - Estabelecer fluxo de encaminhamento dos familiares para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, FEAPI, Secretaria Municipal de Assistência Social e demais órgãos que se fizerem necessários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de crianças com diagnóstico confirmado de desnutrição grave. - Número de crianças desnutridas graves recuperadas. - Número de famílias encaminhadas para outros órgãos. 	SMS SAS SME SDE FEAPI	CAISAN COMSEA Conselho Tutelar Vara da Infância e da Juventude	PMI SMS SAS SME SDE FEAPI	1	1, 2 e 3

DIRETRIZ 5 - PROMOÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA DE QUALIDADE E SANEAMENTO BÁSICO

OBJETIVO GERAL:

- Garantir o acesso ao saneamento básico para toda a população de Itajaí.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Ampliar a rede de água tratada e de tratamento de efluentes domésticos.
- Executar o Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos.
- Favorecer o acesso da população vulnerável ao benefício da Tarifa Social, reservatórios de água e instalação da rede de esgoto interna.
- Reaproveitar a água da chuva e águas já utilizadas em prédios públicos, visando o uso racional de água potável.
- Monitorar a qualidade da água para consumo disponibilizada no município e divulgar os pontos impróprios para ingestão hídrica.

Nº	AÇÕES	SUBAÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	FONTES DE RECURSOS	PRAZO	ODS
5.1	Elaborar e executar projetos para reaproveitamento da água da chuva e das águas já utilizadas, prioritariamente nos prédios públicos. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com a Secretaria Municipal de Urbanismo para elaboração de projetos, em prédios públicos, para o reaproveitamento da água da chuva e das águas já utilizadas. - Sensibilizar os gestores das pastas para incluir este quesito ao reformar ou construir algum órgão/equipamento público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e execução de projetos para reaproveitamento da água da chuva e das águas já utilizadas nos prédios públicos. 	Secretaria de Governo Gabinete do Prefeito SMU (Setor de Engenharia)	SEMASA Todos os órgãos públicos municipais	PMI	2	6, 11, 16 e 17
5.2	Monitorar a qualidade da água para consumo humano, disponibilizada para a população, inclusive	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o cumprimento do cronograma de coleta de água do VIGIÁGUA. - Monitorar a qualidade da água de fontes alternativas abertas ao público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de relatórios divulgados de coletas de água imprópria para consumo humano. 	SMS (DIVS) SEMASA SECOM	CAISAN LACEN	PMI SMS SECOM SEMASA	1	6, 11 e 16

	de fontes alternativas abertas ao público, e divulgar para a população os pontos com água imprópria para ingestão hídrica, por meio da imprensa local e de placas fixadas nos locais de coleta. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar ao público os locais com água imprópria para consumo humano, conforme laudo do VIGIÁGUA. - Fixar placas nos locais com água imprópria para consumo humano. 						
5.3	Implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos no município, por meio do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Executar o Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. 	PMI	OBRAS SEMASA	PMI SEMASA	3	13, 14, 16 e 17
5.4	Elaborar e executar projeto para garantir acesso à população vulnerável ao benefício da Tarifa Social. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar materiais para ampla divulgação do benefício da Tarifa Social à população vulnerável. - Identificar os pontos que serão fixados os cartazes, distribuídos os folders explicativos e demais materiais/meios de divulgação da Tarifa Social. - Realizar divulgação e articulação com a rede municipal de Assistência Social, Saúde e Educação para ampla divulgação da Tarifa Social. - Promover reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família para divulgação da Tarifa Social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de materiais de divulgação da Tarifa Social. - Número de reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família. - Número de beneficiários da Tarifa Social. 	SEMASA	SAS SMS SME SECOM	SEMASA	1	6
5.5	Elaborar e executar projeto para distribuição de	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar projeto de lei para distribuição de reservatórios de água e instalação da rede de esgoto interna 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de beneficiários da Tarifa Social e do 	SEMASA	PMI SAS SECOM	SEMASA PMI SAS	2	6

	reservatórios de água e instalação da rede de esgoto interna para os clientes cadastrados na Tarifa Social e no Cadastro Único (com renda per capita até meio salário mínimo).³	<p>aos beneficiários da Tarifa Social e do Cadastro Único.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os beneficiários da Tarifa Social e do Cadastro Único (com renda per capita até meio salário mínimo). - Divulgar o projeto na rede pública. - Executar o projeto. 	<p>Cadastro Único.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de reservatórios de água doados. - Número de rede de esgoto interna instalada. 					
5.6	Ampliação da rede para garantir acesso à água tratada na área rural e 100% de água tratada em todo o território do município.³	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar projeto para ampliar rede de distribuição de água para os bairros da área rural do município. - Ampliar a Estação de Tratamento de Água (ETA) para suprir as demandas do município. - Executar o projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de bairros da área rural contemplados com água tratada. - Percentual de rede de água tratada no município. 	SEMASA	PMI SEAGRU	SEMASA	3	3, 6 e 17
5.7	Ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário de forma a abranger todos os bairros do município.³	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar projeto para ampliar os bairros do município que não possuem rede para coleta e tratamento de esgoto. - Ampliar a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) para suprir as demandas do município. - Executar o projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento dos bairros que não possuem rede coletora de esgoto. 	SEMASA	PMI	SEMASA C.E.F.	3	3, 6, 11 e 14

DIRETRIZ 6 - MONITORAMENTO DA REALIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

OBJETIVO GERAL:

- Garantir o respeito, proteção, promoção e provimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de políticas públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Itajaí.
- Garantir o pleno funcionamento das instâncias de gestão da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), participação e controle social (COMSEA), bem como a realização das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Garantir a execução da legislação vigente relacionada à Alimentação Escolar.
- Adequar as cantinas escolares da rede privada de ensino, de acordo com a Lei Estadual nº 12.061 de 18/12/2001.
- Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações relacionadas ao Direito Humano à Alimentação Adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional.
- Fortalecer a intersetorialidade nas políticas públicas que corroborem com a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Nº	AÇÕES	SUBAÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	FONTES DE RECURSOS	PRAZO	ODS
6.1	Garantir o cumprimento da Lei Municipal nº 6.953 de 16/10/2018, conhecida como a Lei Municipal de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Manter em pleno funcionamento o COMSEA. - Realizar, a cada 2 anos, o fórum de eleição da sociedade civil organizada no COMSEA. - Garantir o pleno funcionamento da 	- Número de reuniões	PMI SAS SMS SME SDE SEAGRU	COMSEA CAISAN Todas as Secretarias com ações ou	PMI SAS SMS SME SDE SEAGRU	1	16 e17

	Alimentar e Nutricional, que estabelece as instâncias do SISAN em Itajaí.	CAISAN. - Garantir a realização das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. - Viabilizar os recursos necessários para execução do PLAMSAN.			programas de SAN			
6.2	Garantir a fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. ³	- Realizar visitas técnicas, por meio do CAEMI, nas unidades de ensino públicas e nas unidades de ensino credenciadas pelo Município. - Notificar a empresa terceirizada, por meio da SME, em caso de descumprimento do cardápio.	- Número de visitas realizadas pelo Conselho de Alimentação Escolar do Município de Itajaí nas unidades escolares. - Número de nutricionistas na Secretaria Municipal de Educação.	SME CAEMI	CAEMI COMSEA CECANE CRN 10	PMI SME	1	16
6.3	Efetivar a Lei das Cantinas Escolares (Lei Estadual nº 12.061 de 18/12/2001) integralmente, inclusive quanto à fiscalização periódica e cobrança para exposição de mural de Educação Alimentar e Nutricional e comercialização de frutas nas cantinas. ¹	- Realizar inspeções sanitárias periódicas nas cantinas escolares existentes na rede privada de ensino, garantindo o cumprimento integral da lei das cantinas escolares.	- Número de escolas fiscalizadas quanto ao cumprimento integral da Lei das Cantinas Escolares.	SMS (DIVS) SME	CAE COMSEA	PMI SMS (DIVS)	1	3 e 16
6.4	Fortalecer ações relacionadas aos imigrantes para garantir comunicação	- Identificar os imigrantes no município em situação de vulnerabilidade social. - Estabelecer fluxo de encaminhamento dos imigrantes para curso de português básico.	- Número de imigrantes identificados. - Número de cursos ofertados aos	SAS SDE FEAPI	CAISAN Empresas	PMI SAS SDE FEAPI	2	4, 10, 11 e 17

	dos mesmos com os profissionais das instituições e recolocação profissional. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Instituir curso de português básico e demais cursos de qualificação profissional para imigrantes na FEAPI. - Buscar parcerias com empresas para recolocação profissional dos imigrantes, por meio do Balcão de Empregos. 	<ul style="list-style-type: none"> imigrantes. - Número de encaminhamentos de imigrantes ao mercado de trabalho. 					
6.5	Criar e fortalecer mecanismos para a intersectorialidade entre as políticas públicas de geração de trabalho e renda, através da CAISAN, COMSEA E AMFRI. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a intersectorialidade entre as políticas públicas de geração de trabalho e renda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e fortalecimento de mecanismos intersectoriais entre as políticas públicas de geração de trabalho e renda. 	SAS SDE	AMFRI CAISAN CMAS COMSEA	PMI	1	17
6.6	Realizar reuniões do COMSEA itinerantes, nos bairros, utilizando espaços públicos, conselhos de políticas públicas e associações de moradores, incluindo comunidades rurais. ⁴	<ul style="list-style-type: none"> - Definir cronograma de reuniões itinerantes e de participação em plenárias de outros conselhos de políticas públicas. - Apresentar o I PLAMSAN nos conselhos afins. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de reuniões do COMSEA realizadas em outros espaços físicos. - Número de participações do COMSEA em plenárias de outros conselhos. 	COMSEA	CAISAN Conselhos de políticas públicas	SAS	1	1,2 e 16

DIRETRIZ 7 - RECURSOS HUMANOS PARA EXECUÇÃO DO PLAMSAN

OBJETIVO GERAL:

- Garantir quantitativo adequado de profissionais nutricionistas para execução das ações de alimentação e nutrição nos órgãos públicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Ampliar o quadro técnico de Nutricionistas da Prefeitura Municipal de Itajaí de forma que todas as Secretarias e Diretorias que desenvolvam ações de Segurança Alimentar e Nutricional sejam contempladas com este profissional, a fim de auxiliarem na implantação do PLAMSAN.
- Criar quadro técnico de Engenheiro Agrônomo e profissionais afins, especialistas em agroecologia na Prefeitura de Itajaí, para que contemple todas as Secretarias que desenvolvam ações de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do meio ambiente e da agroecologia.
- Criar quadro técnico de Médico Veterinário e Auxiliar de Inspeção na Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana, para as atividades inerentes ao Serviço de Inspeção Municipal.

Nº	AÇÕES	SUBAÇÕES	INDICADORES	RESPONSÁVEIS	PARCEIROS	FONTES DE RECURSOS	PRAZO	ODS
7.1	Sensibilizar os gestores das pastas afins, divulgando as atribuições do profissional Nutricionista nas diversas áreas de atuação, a fim de favorecer a implementação do	- Divulgar aos gestores as atribuições do profissional nutricionista nas diversas áreas de atuação.	- Número de gestores sensibilizados.	SMS SAS SME SDE SEAGRU FMEL	CAISAN COMSEA	PMI SMS SAS SME SDE SEAGRU FMEL	1	2 e 3

	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí e fortalecimento do SISAN. ^{1,3}							
7.2	Criar o cargo de Nutricionista nos seguintes órgãos públicos: ✓ Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana; ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social; ✓ Secretaria Municipal de Educação; ✓ Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania; ✓ Instituto Itajaí Sustentável. ¹	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar com o INIS se o profissional Nutricionista se enquadra nas atribuições do Instituto e se é prioridade a contratação deste profissional. - Articular com o órgão responsável para informação orçamentária sobre a ampliação de vagas no quadro permanente. - Aumentar o teto (limite) de profissionais do município. - Criar projeto de lei para criação do cargo de Nutricionista na SEAGRU, SAS, SME, SPC e INIS. - Aprovação do PL através da CVI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do cargo de Nutricionista na SEAGRU, SAS, SME, SPC, 	SEAGRU SAS SME SPC INIS Secretaria de Administração Secretaria de Governo	Procuradoria CVI	PMI SEAGRU SAS SME SPC INIS	2	2
7.3	Abrir concurso público com número de vagas definido para Nutricionista nos seguintes órgãos públicos: ✓ Secretaria Municipal de Agricultura e	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com o órgão responsável para informação orçamentária sobre a ampliação de vagas no quadro permanente. - Articular com a Secretaria de Governo. - Criar o cargo e a função na SAS, SEAGRU, SME, SPC, SMS, INIS e FMEL. - Realizar concurso público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura de edital para realização de concurso público. 	SAS SME SEAGRU SEDAC INIS SMS FMEL Secretaria de Administração	Procuradoria CVI	PMI SAS SEAGRU SME FNDE SPC INIS SMS FMEL	2	2

	<p>Expansão Urbana; ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social; ✓ Secretaria Municipal de Educação; ✓ Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania; ✓ Secretaria Municipal de Saúde; ✓ Instituto Itajaí Sustentável; ✓ Fundação Municipal de Esportes e Lazer. ¹</p>			Secretaria de Governo				
7.4	<p>Aumentar o número de vagas de profissionais Nutricionistas na Prefeitura de Itajaí, para que contemple todas as Secretarias vinculadas à Segurança Alimentar e Nutricional, conforme legislação vigente do Conselho Federal de Nutricionistas. ¹</p>	<p>- Articular com órgão responsável para informação orçamentária sobre a ampliação de vagas no quadro técnico das diversas secretarias que desempenham ações de SAN. - Elaborar projeto de lei para contemplar nutricionistas nas diversas secretarias, conforme quantitativo estabelecido pelo CFN.</p>	<p>- Número de vagas abertas.</p>	Secretaria de Administração Secretaria de Governo	Procuradoria CVI	PMI	2	8
7.5	<p>Aumentar o número de vagas de</p>	<p>- Articular com o órgão responsável para informação orçamentária sobre a</p>	<p>- Número de vagas abertas.</p>	FMEL Secretaria de	Procuradoria	PMI FMEL	2	

	<p>Nutricionistas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos seguintes órgãos públicos: ✓ Fundação Municipal de Esportes e Lazer. ✓ Secretaria Municipal de Saúde. ¹</p>	<p>ampliação de vagas no quadro permanente. - Elaborar projeto de lei para o aumento de vagas de nutricionistas na FMEL e na Secretaria Municipal de Saúde. - Aprovar o PL através da CVI.</p>		<p>Administração Secretaria de Governo</p>	<p>CVI</p>	<p>SMS</p>		
7.6	<p>Criar o cargo de Engenheiro Agrônomo e profissionais afins especialistas em agroecologia, na Prefeitura de Itajaí, para que contemple todas as Secretarias que desenvolvam ações de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do meio ambiente e da agroecologia. ¹</p>	<p>- Articular com o órgão responsável para informação orçamentária sobre a criação de cargo e função no quadro técnico. - Articular com a Secretaria de Governo. - Criar o cargo e a função na SEAGRU, INIS e Secretarias afins. - Realizar concurso público.</p>	<p>- Criação de cargo de Engenheiros Agrônomos e profissionais especialistas em agroecologia nas Secretarias afins.</p>	<p>SEAGRU INIS Secretaria de Governo Secretaria de Administração</p>	<p>CAISAN COMSEA CMDRS Procuradoria</p>	<p>PMI</p>	<p>2</p>	<p>2</p>
7.7	<p>Abrir concurso com número de vagas definido para Engenheiro Agrônomo e profissionais afins especialistas em agroecologia na Prefeitura de Itajaí. ¹</p>	<p>- Articular com o órgão responsável para informação orçamentária sobre a ampliação de vagas no quadro permanente. - Articular com a Secretaria de Governo. - Criar o cargo e a função na SEAGRU e INIS. - Realizar concurso público.</p>	<p>- Abertura de edital para realização de concurso público.</p>	<p>SEAGRU INIS Secretaria de Administração Secretaria de Governo</p>	<p>Procuradoria CVI</p>	<p>PMI SEAGRU INIS</p>	<p>2</p>	<p>2</p>

7.8	Criar o cargo de Médico Veterinário e Auxiliar de Inspeção na Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana, para inspeções de produtos de origem animal. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com o órgão responsável para informação orçamentária sobre a ampliação de vagas no quadro permanente. - Criar projeto de lei para criação do cargo de Médico Veterinário e Auxiliar de Inspeção na SEAGRU. - Aprovação do PL através da CVI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do cargo de Médico Veterinário e Auxiliar de Inspeção na SEAGRU. 	SEAGRU Secretaria de Administração Secretaria de Governo	Procuradoria CVI	PMI SEAGRU	2	8
7.9	Abrir concurso com número de vagas definido para Médico Veterinário e Auxiliar de Inspeção na Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com o órgão responsável para informação orçamentária sobre a ampliação de vagas no quadro permanente. - Articular com a Secretaria de Governo. - Criar o cargo e a função na SEAGRU. - Realizar concurso público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura de edital para realização de concurso público. 	SEAGRU Secretaria de Administração Secretaria de Governo	Procuradoria CVI	PMI SEAGRU	2	8
7.10	Criar o cargo de Profissional de Educação Física na Secretaria Municipal de Saúde. ³	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com o órgão responsável para informação orçamentária sobre a ampliação de vagas no quadro permanente. - Criar projeto de lei para criação do cargo de Educador Físico na Secretaria Municipal de Saúde. - Aprovação do PL através da CVI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do cargo de Educador Físico na Secretaria Municipal de Saúde. 	SMS Secretaria de Administração Secretaria de Governo	Procuradoria CVI	PMI SMS	2	8
7.11	Inserir o Setor de Segurança Alimentar e Nutricional no organograma da Secretaria Municipal de Assistência Social e dotar o setor de recursos humanos,	<ul style="list-style-type: none"> - Criar projeto de lei para criação do setor de Segurança Alimentar e Nutricional no organograma da SAS. - Dotar o setor de recursos humanos, materiais e financeiros para execução do PLAMSAN. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do setor de SAN na SAS. - Número de servidores no setor. 	SAS Secretaria de Governo	Procuradoria CVI	PMI SAS	1	16 e 17

	materiais e financeiros suficientes para execução do PLAMSAN.³							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Legenda:

¹ Deliberações da V Conferência Municipal de SAN - 29/08/2019

² Deliberações do COMSEA (85ª Plenária) - 06/03/2020

³ Deliberações da CAISAN (24ª e 26ª Plenárias) - 23/10/2020 e 04/12/2020

⁴ Deliberações da V Conferência Municipal de SAN +2 - 22/09/2021

1 = Execução da ação e subações em curto prazo (1º ano do I PLAMSAN)

2 = Execução da ação e subações em médio prazo (2º ano do I PLAMSAN)

3 = Execução da ação e subações em longo prazo (3º e 4º anos do I PLAMSAN)

5 DESAFIOS

São muitos os desafios para execução das ações previstas neste I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí 2022-2025, e cabe ao governo municipal buscar os recursos para viabilizar a implementação das mesmas em cada Secretaria. Ressalta-se que este documento contempla todas as propostas aprovadas na V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí, realizada em 2019, as deliberações da V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí +2, realizada em 2021, além das recomendações do COMSEA e da CAISAN.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí deverá ser revisado em 2 (dois) anos, ou seja, em 2024. Para monitoramento das ações implementadas, e consequente revisão do Plano, deverão ser pactuadas, no âmbito da CAISAN, metas claras acerca dos indicadores de cada ação prevista no I PLAMSAN.

Tendo em vista que o I PLAMSAN tem vigência quadrienal, em 2026 deverá ser publicado o II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLAMSAN). Tanto a revisão do I PLAMSAN quanto o II PLAMSAN deverão contemplar as deliberações da VI Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí, a ser realizada em 2023, e da VI Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí +2, a ser realizada em 2025, adotando-se a mesma metodologia utilizada na elaboração do presente documento, garantindo a participação social, a intersetorialidade e a interlocução permanente com o COMSEA.

Abaixo estão descritos alguns desafios específicos de cada órgão governamental, entretanto, o financiamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional e a dificuldade de recursos humanos capacitados nesta área são desafios comuns a todos os órgãos envolvidos.

5.1 Secretaria Municipal de Assistência Social

O setor de Segurança Alimentar e Nutricional não existe oficialmente na estrutura organizacional e administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo necessária a inclusão deste setor na estrutura deste órgão público.

O setor dispõe de apenas 1 (um) nutricionista, responsável pela gestão do SISAN, condução da elaboração do PLAMSAN, diagnóstico municipal de SAN, projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, Presidência da CAISAN, Secretaria Executiva do COMSEA, cardápios da Casa de Apoio e Centro POP, Educação Alimentar e Nutricional com os beneficiários do Programa Auxílio Brasil e demais usuários da rede

socioassistencial. Sendo assim, é imprescindível estruturar este setor com recursos humanos suficientes, de forma a possibilitar a implantação das diversas ações previstas no I PLAMSAN, que são de responsabilidade ou demandam parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Além dos desafios estruturais e humanos, a questão financeira é crítica, tendo em vista que este setor não possui verba específica destinada às políticas públicas de SAN. Vale ressaltar que as ações do I PLAMSAN, que demandam os maiores investimentos financeiros, são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo imprescindível que essa Secretaria realize as articulações necessárias para garantir os investimentos necessários para a garantia da alimentação enquanto direito social, especialmente da população mais vulnerável.

Outro grande desafio é efetivar a intersetorialidade na implantação e implementação das políticas públicas, bem como pactuar o orçamento entre as diversas Secretarias, para execução das ações que abrangem as diversas pastas afins.

5.2 Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana

Para implementação das ações do I PLAMSAN, que são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana, é imprescindível viabilizar os recursos humanos que se fazem necessários, especialmente médicos veterinários e auxiliares de inspeção para as ações do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), bem como engenheiros agrônomos e nutricionista para execução das atividades técnicas voltadas à agricultura familiar no município.

Outro grande desafio é viabilizar o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de base Orgânica e Agroecológica, bem como aderir ao Programa de Aquisição de Alimentos no município, sendo imprescindível articular e/ou disponibilizar recursos financeiros específicos para estes programas.

5.3 Secretaria Municipal de Educação

A alimentação escolar no município de Itajaí conta com apenas 3 (três) nutricionistas efetivas e 01 (uma) estagiária de nutrição. Toda a produção de refeições é terceirizada. O tempo para realizar as ações propostas por esse Plano é o maior desafio, especialmente as que envolvem Educação Alimentar e Nutricional, apoio a projetos de extensão e fiscalização do cumprimento do PNAE. Desta forma, é necessária a criação do cargo de nutricionista e realização de concurso público para preenchimento das vagas, tendo em vista que a falta deste profissional é uma dificuldade crônica no setor.

É importante destacar que muitas das ações elencadas dependem da disponibilidade de terceiros. As ações envolvendo hortas escolares dependem da articulação com as demais Secretarias e da disponibilidade do corpo docente para execução e manutenção do projeto. A introdução de plantas alimentícias não convencionais (PANCs) no cardápio da alimentação escolar pode enfrentar resistência, não apenas do corpo docente, mas também das merendeiras e estudantes. Por isso, é essencial que as atividades de EAN sejam eficientes. Além disso, a aquisição das PANCs depende da disponibilidade de quantitativo suficiente na produção dos agricultores locais para atender a rede pública de ensino.

Outra dificuldade encontrada que perpassa várias ações é a comunicação com as unidades escolares e outros parceiros. A implantação do EDUCANVISA, a viabilização de projetos de extensão vinculados a instituições superiores de ensino e a manutenção da assistência prestada aos estudantes com necessidades alimentares especiais são exemplos que exigem uma boa comunicação entre os atores envolvidos.

5.4 Secretaria Municipal de Saúde

Para implementação das ações do I PLAMSAN, que são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e de Secretarias parceiras, como a necessidade de fomentar hortas em Unidades de Saúde, mapear e divulgar feiras livres, adquirir veículo *food truck*, promover ações de EAN e SAN por meio de mídias, implantar o EDUCANVISA, retomar as capacitações em boas práticas na manipulação de alimentos, fomentar e apoiar projetos de extensão, normatizar o Programa de Fórmulas Nutricionais Especializadas, criar Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional e fiscalizar o cumprimento da Lei das Cantinas, é imprescindível viabilizar e efetivar a intersetorialidade na implantação e implementação das políticas públicas, bem como pactuar o orçamento entre os diversos parceiros.

O concurso público existe na Secretaria de Saúde com vagas para nutricionistas e também já está contemplado no Plano de Cargos, Carreira e Salários o novo aumento do número de profissionais nutricionistas da Saúde, podendo ser chamados profissionais, conforme a demanda desta Secretaria.

Cabe destacar que há dificuldades políticas institucionais e operacionais para que as ações constantes no I PLAMSAN possam ser efetivadas e mantidas. Ainda ressalta-se, que há falta de diagnóstico e dados articulados com relação às ações de SAN no município.

5.5 Fundação Municipal de Esportes e Lazer

A Fundação Municipal de Esportes e Lazer no município de Itajaí conta com 1 (uma) nutricionista efetiva para atender seus usuários. Por ser um grupo mais suscetível ao uso indiscriminado de suplementos alimentares, modismos alimentares e deficiências nutricionais, é necessário evidenciar a importância da atuação do nutricionista para uma EAN crítica, cujo trabalho deve ser fundamentado na atualização constante sobre as evidências científicas, somadas a conceitos da educação em saúde, do aconselhamento dietético, da psicologia grupal, da antropologia da alimentação e da SAN.

Para aumentar as ações de EAN nos diferentes grupos (praticantes de atividade física, paratletas, atletas de rendimento de diversas faixas etárias e abrangentes modalidades esportivas), um dos desafios é aumentar os recursos humanos para tal função. Adicionalmente, a FMEL não possui verba específica voltada às políticas públicas de SAN, limitando todas as ações que dependem de aporte financeiro. Outro desafio é mapear as necessidades especiais devido a constante rotatividade dos usuários do serviço, bem como o grande volume de alunos assistidos nas suas diversas categorias.

5.6 Instituto Itajaí Sustentável

Destaca-se como desafio para a implantação do I PLAMSAN, a limitação de recursos financeiros e humanos para a execução das ações propostas. A Diretoria de Gestão Ambiental do Instituto Itajaí Sustentável (INIS) é composta por 1 (um) diretor, 1 (uma) gerente e 1 (uma) analista ambiental, que precisam atender todas as demandas referentes à educação ambiental, arborização urbana, gestão das unidades de conservação, resíduos sólidos, entre outras atividades. Além disso, dois desses cargos são comissionados e estão sujeitos à instabilidade política.

Outro desafio está relacionado à articulação e integração dos diferentes órgãos, por exemplo, para construção de uma horta escolar, será necessária a contribuição da Secretaria de Educação, Secretaria de Obras e Instituto Itajaí Sustentável. Além disso, é imprescindível o envolvimento dos alunos, pais e comunidade em geral, a fim de despertar o interesse e garantir a continuidade das ações.

6 APROVAÇÃO DO I PLAMSAN ITAJAÍ 2022-2025

O presente Plano foi aprovado na 100ª plenária do COMSEA, por meio da Resolução nº 03/2021/COMSEA, e publicizado pela Resolução nº 01/2022/CAISAN.

REFERÊNCIAS

- BARATA, Rita Barradas. Epidemiologia e políticas públicas. **Rev. bras. epidemiol.** São Paulo, v.16, n.1, p.3-17, Mar. 2013.
- BARROS, Denise Cavalcante de *et al.* **Alimentação e Nutrição**: contexto político, determinantes e informação em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
- BRASIL. Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999. Cria a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Diário oficial da União, Brasília, DF, 1999.
- BRASIL. Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011. Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Diário oficial da União, Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Normas técnicas do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde. Brasília: DF, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
- BRASIL. Secretaria de Atenção À Saúde. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ms, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999. **Diário Oficial da União** 1999.
- BRASIL. **Ministério do desenvolvimento social e combate à fome**. Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Recomendações para Estados e Municípios. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Indicadores de Vigilância Alimentar e Nutricional**: Brasil 2006. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2009
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
- BURLANDY L, Gomes FS, Carvalho CMP, Dias PC, Henriques P. Intersetorialidade e potenciais conflitos de interesse entre governos e setor privado comercial no âmbito das ações de alimentação e nutrição para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis. **Vigil. Sanit Debate**. 2014.
- CAMPOS, Chiara Alzineth Silva et al. Gestational weight gain, nutritional status and blood pressure in pregnant women. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, p. 57, 23 jul. 2019
- CRIVELLENTI, Livia Castro; ZUCCOLOTTO, Daniela Cristina Candelas; SARTORELLI, Daniela Saes. Associação entre o Índice de Qualidade da Dieta Adaptado para Gestantes (IQDAG) e o excesso de peso materno. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 19, n. 2, p. 275-283, June 2019.
- ÇOUTINHO, Janine Giuberti et al. A organização da Vigilância Alimentar e Nutricional no Sistema Único de Saúde: histórico e desafios atuais. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v.12, n.4, p.688-699, dez. 2009.

DO NASCIMENTO, Stephany Beatriz. Estado nutricional de crianças entre 0 e 5 anos do estado de Pernambuco. **BrazilianJournalofDevelopment**, v. 6, n. 8, p. 60304-60315, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde**: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

WOLF, Miriam Regina; BARROS FILHO, Antonio de Azevedo. Estado nutricional dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Brasil - uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1331-1338, maio 2014.

MACHADO, Mick Lennon. **Avaliação do plano estadual de segurança alimentar e nutricional de santa catarina**. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação Nutrição, UFSC, Florianópolis, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Situação alimentar e nutricional no Brasil: excesso de peso e obesidade da população adulta na Atenção Primária à Saúde. **Situação Alimentar e Nutricional no Brasil: Excesso de Peso e Obesidade da População Adulta na Atenção Primária À Saúde**, Brasília, p. 1-17, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estratégias **para o cuidado da pessoa com doença crônica**: obesidade. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

PEREIRA, Ingrid Freitas da Silva; SPYRIDES, Maria Helena Constantino; ANDRADE, Lára de Melo Barbosa. Estado nutricional de idosos no Brasil: uma abordagem multinível. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 5, p. 1-12, 2016.

RECINE, Elisabetta; VASCONCELLOS, Ana Beatriz. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 73-79, Jan. 2011.

SILVA SL, Bresani-Salvi CC, Caminha MFC, Figueiroa JN, Batista Filho M. Classificação antropométrica de gestantes: comparação entre cinco métodos diagnósticos utilizados na América Latina. **Rev PanamSaludPublica**. 2017

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva, Switzerland: WHO, 1995.

CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



CAISAN

**Câmara Municipal Intersetorial de
Segurança Alimentar e Nutricional**



COMSEA

Conselho Municipal de Segurança
Alimentar e Nutricional de Itajaí-SC



SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE
**AGRICULTURA E
EXPANSÃO URBANA**



SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE



Secretaria Municipal de
EDUCAÇÃO



SECRETARIA MUNICIPAL DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**



ESPORTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL
DE ESPORTE E LAZER



SECRETARIA MUNICIPAL DE
**PROMOÇÃO
DA CIDADANIA**

